UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES INGRESSANTES POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O CURSO DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA

KELY MEIRY DAMASCENO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES INGRESSANTES POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O CURSO DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA

KELY MEIRY DAMASCENO

Orientação da Professora Doutora
Dra. Ana Maria Dantas Soares

Coorientação da Professora
Dra. Juliana Arruda

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Agosto de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D155c

DAMASCENO, KELY MEIRY , 1969-
CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES INGRESSANTES POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O CURSO DE NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA / KELY MEIRY DAMASCENO. - Seropédica, 2019.
68 f.: il.

Orientadora: Ana Maria Dantas Soares.
Coorientadora: Juliana Arruda.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2019.

1. Ensino Médio-Técnico. 2. Cotas. 3. Permanência. 4. Evasão. I. Soares, Ana Maria Dantas , 1949-, orient. II. Arruda, Juliana , 1978-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

KELY MEIRY DAMASCENO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/08/2019

_____
Ana Maria Dantas Soares, Profa. Dra.UFRRJ

_____
Amparo Villa Cupolillo, Profa. Dra. UFRRJ

_____
Fabiana Cordeiro, Profa. Dra. CEFET/RJ

Dedico este trabalho aos meus amigos (irmãos de coração), Prof. Dr. João Tomaz da Silva Borges e Prof. Ms. Ronan Augusto Silva, pelo incentivo contínuo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Maria Santíssima, pelo dom da vida, por tantas conquistas, e, agora, pela graça de concretizar mais esta etapa.

Aos meus pais, Maria (D. Zinha) e Raimundo, representando toda minha família, que nunca mediram esforços para me ajudar e me incentivar em todos os momentos da minha vida.

Às minhas orientadoras, Professoras Prof.ª. Drª Ana Maria Dantas e Dra. Juliana Arruda, pela confiança, pelas orientações valiosas prestadas durante o percurso de construção desta dissertação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, pelo empenho, dedicação e disponibilidade demonstrados durante as jornadas de Formação.

Aos colegas da turma de mestrado, pela convivência, pelas experiências e conhecimentos compartilhados durante os períodos de aulas presenciais e nos momentos virtuais, por meio das redes sociais.

Aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária – turma 2013 e 2014, que não mediram esforços para colaborar para o desenvolvimento desta dissertação.

Mesmo quando tudo
parece desabar,
cabe a mim decidir
entre rir ou chorar,
ir ou ficar,
desistir ou lutar;
porque descobri, no caminho
incerto da vida, que o mais
importante é o decidir.

Cora Coralina

RESUMO

DAMASCENO, Kely Meiry **Contribuição do Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Ingressantes por Meio de Ações Afirmativas para o Curso De Nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista.** 2019. 68f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, considerando as turmas que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, por ações afirmativas, no referido curso. Como objetivos específicos, buscou-se determinar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ações Afirmativas – PAA, no período analisado; comparar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, por meio do PAA com e sem apoio do PAE; identificar as contribuições de PAA e de PAA mais PAE na taxa de sucesso dos egressos do curso, provenientes daquelas turmas que o concluíram em 2015 e 2016, respectivamente. Optou-se por uma abordagem de pesquisa qualitativa para contemplar a análise e identificação das contribuições do PAE para permanência dos estudantes no período delimitado. Foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa que permitiram, após a análise dos dados coletados, dentre as várias reflexões suscitadas, reafirmar a importância do Programa de Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes ingressantes por ações afirmativas, embora elas não sejam as únicas responsáveis, indicando a necessidade de novas pesquisas que possam apontar outras ações a serem desenvolvidas para assegurar maior sucesso na formação dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino Médio-Técnico, Cotas, Permanência, Evasão.

ABSTRACT

DAMASCENO, Kely Meiry **Contribution of the Student Assistance Program for Incoming Students through Affirmative Actions for the Integrated Technical Level Course in Agriculture of the Federal Institute of Minas Gerais** - São João Evangelista Campus. 2019. 68p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

The present work had as main objective was to analyze the contributions of the Student Assistance Program (PAE) for the permanence of the students of the IFMG-SJE Integrated Agricultural Technical Course, considering the groups that joined in 2013 and 2014, by affirmative actions in that course. As specific objectives, it was sought to determine the permanence rate in the regular period (3 years) of incoming students through the Affirmative Actions Program - PAA, in the analyzed period; to compare the index of permanence in the regular period (3 years) of students who entered in the years 2013 and 2014, through the PAA with and without support from the PAE; Identify the contributions of PAA and PAA plus PAE in the success rate of graduates from those classes that completed in 2015 and 2016, respectively. A qualitative research approach was chosen to contemplate the analysis and identification of the contributions of the PAE to the students' permanence in the delimited period. Different research instruments were used, which allowed, after analyzing the collected data, among the various reflections raised, to reaffirm the importance of the Student Assistance Program for the permanence of students entering by affirmative actions, although they are not solely responsible, indicating the need for further research that can point out other actions to be developed to ensure greater success in student education.

Keywords: High School, Quotas, Permanence, School Truancy, National Student Assistance Program.

LISTA DE SIGLAS

AA	Ação Afirmativa
APL	Arranjo Produtivo Local
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET/MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
CGAE	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAE	Congresso Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CRE	Coordenação de Registro Escolar
DIRAE	Diretoria Assistência Estudantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa
IFMG-SJE	Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia e Educação de Minas Gerais/ Campus São João Evangelista - MG
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Ação Afirmativa
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNED	Unidades de Ensino Descentralizadas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados gerais das avaliações socioeconômicas do IFMG – campus São João Evangelista no período de 2013 a 2014.....24
Tabela 2: Escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes por Ação Afirmativa das turmas 2013 e 2014 34
Tabela 3: Renda *per capita* do grupo familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária (2013 e 2014).....34
Tabela 4: Notas obtidas pelos estudantes nos processos seletivos para ingresso das turmas 2013 e 2014 no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista.....36
Tabela 5: Percentual de permanência dos estudantes ingressantes por meio do PAA em 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária IFMG-SJE 45
Tabela 6: Histórico dos estudantes do Programa de Ação Afirmativa.....46
Tabela 7: Histórico dos estudantes do Programa de Ação Afirmativa.....46
Tabela 8: Tempo que os estudantes receberam os benefícios da categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil no período em que estavam no curso Técnico Integrado em Agropecuária.....47
Tabela 9: Situação dos estudantes matriculados em 2013 e 2014.....48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Disciplinas do Curso Técnico Integrado em Agropecuária Integrado conforme Projeto Pedagógico do Curso (PPC), quando dos ingressos das turmas 2013 e 2014 14
Quadro 2: Sistematização das principais ações de assistência estudantil a partir de 1980 19
Quadro 1: principais motivos de evasão a partir de 2016 registrados pela CRE 30
Quadro 2: ocupação dos pais de todos os estudantes ingressantes por meio de Ação Afirmativa nas turmas de 2013 e 2014 33
Quadro 3: Utilização do recurso financeiro recebido pelo Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista 41
Quadro 4: Categorização das justificativas em relação à pergunta n. 1 do questionário complementar aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 201449
Quadro 5: Categorização das justificativas em relação à pergunta n. 2 do questionário complementar, aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 2014 50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Macroregiões (A) e localização do município de São João Evangelista na microrregião do Vale do Rio Doce (B). 9
Figura 2: Mapa do município de São João Evangelista, MG. 10
Figura 3: Vista panorâmica do campus IFMG-SJE 12
Figura 4: Vista do primeiro prédio de aulas do IFMG-SJE 12
Figura 5: Mapa dos municípios de origem dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa, 2013 – 2014 15
Figura 6: Modelo da distribuição de vagas no ano de 2013 no Curso Técnico em Agropecuária conforme orientações do Ministério da Educação – MEC 18
Figura 7: Modelo da distribuição de vagas no ano de 2014 no Curso Técnico em Agropecuária conforme orientações do Ministério da Educação – MEC 18
Figura 8. Eficácia da etapa de seleção de bolsistas de acordo com os respondentes do questionário. 37
Figura 9: Classificação dos entrevistados por gênero 38
Figura 10: Dificuldade ao solicitar auxílios do Programa de Assistência Estudantil disponível no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista. 39
Figura 11: Auxílios oferecidos pela categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil considerados essenciais para permanência do estudante no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista 39
Figura 12: Estratégias utilizadas pelos estudantes para permanência no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil 42
Figura 13: Ocupação atual dos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista . 44
Figura 14: Tipos de empresa de atuação dos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista. 45
Figura 15: Áreas dos cursos escolhidos pelos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista para formação acadêmica em nível de graduação. 51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
1.1 Por que falar em assistência estudantil? 5
1.2 Caracterizações do Município de São João Evangelista 8
1.3 Caracterização e Histórico do IFMG - Campus São João Evangelista 10
1.4 Histórico do Curso Técnico Integrado em Agropecuária 13
2 CAPÍTULO II ÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS CONTEXTOS 16
2.1 Implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFMG – SJE 21
2.2 Implementação do Programa de Ação Afirmativa no IFMG – SJE 25
3 CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 28
4 CAPÍTULO IV RESULTADOS E DISCUSSÃO 30
4.1 Perfil dos estudantes consultados no IFMG–SJE 31
4.1.1 Comparação entre as notas de cotistas e não cotistas 35
4.2 O Programa de Assistência Estudantil do campus IFMG-SJE na visão de seus usuários 37
4.3 Índice de permanência dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE 45
4.4 Comparação do índice de permanência dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE por meio do PAA, com e sem apoio do PAE 47
4.5 Identificação das contribuições do PAE relativas às taxas de sucesso dos egressos do curso, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente 48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 52
6 REFERÊNCIAS 54
7 APÊNDICES 59
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 60
Apêndice B – Questionário aplicado 62
Apêndice C - Parecer do Comitê de Ética 64
Apêndice D – Termo de Assentimento e Anuência 65

1 INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolver esta pesquisa se deu com base na vivência e experiência profissional acumulada no cargo de Assistente Social, da carreira de Técnico Administrativo, iniciada em agosto de 2010, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, *campus* São João Evangelista (IFMG-SJE), com o Programa de Assistência Estudantil (PAE), que atende a estudantes em situação de vulnerabilidade social com renda familiar *per capita* de no máximo um salário mínimo e meio, visando democratizar o acesso — e a permanência — dos estudantes à educação pública federal, promovendo a inclusão social pela educação.

Quando do início do ano letivo, durante o período de matrículas, os estudantes e familiares que procuram o Serviço Social da instituição trazem, em seu discurso, a necessidade de apoio, em função do desprovimento de recursos financeiros para arcarem com despesas para manter seus filhos no *campus*. Essas necessidades se referem à alimentação, alojamento (moradia), despesas com transporte, passando por demandas de menor custo financeiro como cópias reprográficas de material didático. Os estudantes já chegam à instituição sabendo da existência do PAE, principalmente dos benefícios de categoria socioeconômica, devido às propagandas na divulgação do processo seletivo feito pelo *campus* e esperam do Programa de Assistência Estudantil condições e meios de permanência escolar.

Esses estudantes procuram o setor porque, atualmente, o principal trabalho desenvolvido pela Assistente Social do *campus* são as avaliações socioeconômicas para concessão de bolsas do PAE. Além disso, existem demandas relacionadas aos critérios socioeconômicos e acompanhamento desses bolsistas em relação à frequência, aos encaminhamentos para monitorias, para setores de atendimentos, como ambulatório, contato com pais ou responsáveis, e outras demandas advindas de questões sociais que se apresentam no dia a dia do trabalho da pesquisadora.

Para que tenha acesso ao PAE, os estudantes têm de se inscrever previamente, por meio de editais publicados na página eletrônica da Instituição. No período de 2013 e 2014, em estudo, destacavam-se os benefícios de transporte, moradia, creche e atividade[1]. Atualmente, todos esses benefícios receberam uma nova nomenclatura única, passando a se chamar Bolsa Permanência, de acordo com a Resolução No. 3, de 23 de março de 2019, aprovada pelo Conselho Superior do IFMG.

Após a inscrição nos editais, os estudantes passam por avaliação socioeconômica, para concessão dos benefícios. Esses estudos são importantes instrumentos, pois, de acordo com a área de serviço social, servem para o desvendamento da realidade social de determinado sujeito, que expõe sua situação ao profissional, o qual, por meio das técnicas de entrevista, visita domiciliar, observações, análises documentais, emite um parecer social (MIOTO, 2009).

Conforme a Política de Assistência Estudantil do IFMG, a proposta consiste em ir além da seleção e repasse dos auxílios, buscando a efetivação do acompanhamento após essa etapa, podendo ser efetuado por meio de: acompanhamento de rendimento acadêmico, *feedback* dos professores, atendimentos individuais e multidisciplinares, grupos e, também,

1 Refere-se à concessão de benefícios para realização de atividades do interesse do estudante em consonância com as necessidades da instituição, que estejam preferencialmente relacionados a sua formação. Carga horária era de 10 horas semanais e ser compatível com os horários de aula do estudante. Benefício extinto. Hoje compõe a Bolsa Permanência do IFMG.

visitas domiciliares. De acordo com Mioto (2009, p.491), para realizar estudos sociais, "[…] é necessário aproximar-se da realidade social dos sujeitos demandantes da ação para compreender com precisão a sua situação e poder analisá-la, avaliá-la ou emitir um parecer sobre ela", e ainda prever que esse processo seja condizente com os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

No *campus* IFMG-SJE, ainda é possível um contato mais aproximado com os estudantes e com sua realidade, por ser uma cidade pequena onde todos se conhecem e por manter as características de cidades do interior de Minas Gerais.

Algumas ações previstas pela Política de Assistência Estudantil do IFMG:

- participar da recepção dos estudantes para repasse de informações e orientação aos que desejam participar da seleção do Programa de Assistência Estudantil do IFMG. A recepção aos estudantes possui duas ações específicas, quais sejam: ação de acolhimento aos estudantes e familiares a ser realizada no ato da matrícula utilizando-se de *folders*, materiais informativos para divulgar a assistência estudantil; e palestra de apresentação da assistência estudantil, para os estudantes, realizada nas primeiras semanas letivas;
- fazer o atendimento/acolhimento aos estudantes que, durante o processo seletivo, necessitem de orientação específica no que se refere a sua situação ou a de seu grupo familiar.
- convocar os pais ou responsáveis (para estudantes menores de 18 anos) para atendimento e/ou visita ao referido grupo familiar para casos em que os responsáveis não compareçam à convocação;
- realizar encaminhamentos para pedagogia, psicologia, rede de atendimento e instituições externas;
- participar, sempre que possível, dos conselhos de classe como importante espaço para pontuar e afirmar a despeito da atuação do Assistente Social, e se apropriar de informações sobre os estudantes bem como de sua trajetória escolar, atentando-se sempre para o retorno;
- selecionar, a critério de cada *campus*, uma porcentagem de alunos bolsistas para realizar visitas domiciliares aos selecionados no ano recorrente. Utilizar o método aleatório simples para sortear os estudantes a serem visitados. Podem, porém, serem acrescentados estudantes que durante as análises sejam considerados prioritários, ou outros motivos que o Assistente Social julgue importante a visita. Deve-se, ainda, atentar sempre para as condições que cada Unidade deve disponibilizar para o profissional realizar este trabalho, como transporte, diárias e tempo hábil;
- a visita domiciliar também pode ser utilizada a qualquer momento durante o ano sempre que o profissional do campus considerar necessária a utilização desse instrumento técnico operativo do serviço social;
- pode-se utilizar os grupos como estratégia de acompanhamento, criando espaços de discussão a respeito da assistência estudantil, de assuntos de interesse da comunidade acadêmica que estejam relacionados com os objetivos do programa bem como com suas áreas de atuação.

Diante da vivência no trabalho com as avaliações socioeconômicas realizadas todo ano no *campus* para seleção de bolsistas do PAE, das observações e leituras sobre ações afirmativas, sob uma ótica profissional, baseada nas informações de análise socioeconômica, optou-se, por pesquisar sobre o acesso e a permanência dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária por meio de ação afirmativa e beneficiados por algum

auxílio da categoria socioeconômica do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na esfera do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* São João Evangelista.

Escolheu-se o Curso Técnico Integrado em Agropecuária em virtude de este ser o curso técnico do *campus* cuja centralidade é a Educação Agrícola, afim à área de abrangência do programa de mestrado da UFRRJ e por conter alunos ingressos por ação afirmativa.

Este trabalho de pesquisa surgiu, portanto, do reconhecimento da necessidade e da importância de obtenção de informações qualificadas sobre o cenário da assistência estudantil praticada no seio dos institutos federais.

Assim, o ponto de partida desta pesquisa reconheceu que a expansão das universidades e institutos federais, nos últimos anos, acarretou uma ampliação da função social e protetiva das IFES, traduzida e operacionalizada pela expansão do campo das ações da assistência estudantil brasileira.

Ao longo da história, várias conquistas relacionadas ao acesso à educação foram obtidas e, em um contexto recente, ganharam corpo. Várias propostas de democratização do ensino culminaram na criação de Políticas de Ações Afirmativas[2] (PAA) nas instituições de ensino público federal, como a proposta de inclusão e acesso da população com renda familiar *per capita* bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, sendo proporcional ao número de autodeclarados negros, pardos e indígenas.

> A grande incidência daquilo que aqui se denomina fraude no acesso à vaga para ingresso por cotas para PPI, tem levado as instituições a estabelecerem mecanismos de coibição desta prática por meio de comissões para verificação da autodeclaração étnico-racial ou da utilização de outros mecanismos tais como carta consubstanciada, ferramenta utilizada pela Universidade Federal de Minas Gerais em que os candidatos justificam seu pertencimento étnico-racial através da mesma (NUNES, 2018, p. 17).

Deixando de lado as discussões sobre verificação da autodeclaração étnico-racial, tema que demanda maior aprofundamento, o estudo proposto nesta dissertação verificou se o programa de bolsas contribuiu para o sucesso do grupo discente ingressante por ação afirmativa e confrontou as observações de diversos setores do *campus* que disseminam a ideia preconcebida de que, depois do ingresso de estudantes de ação afirmativa, o nível de ensino decaiu. A hipótese de que a qualidade do ensino decaiu em função da entrada desses discentes se apoiava na premissa de que estes não acompanhavam os demais estudantes em nível de rendimento acadêmico. Há um entendimento interno, que não é privativo da instituição, mas perpassa vários setores da sociedade, que estudantes advindos de processos seletivos aprovados em cotas desistem de estudar/evadem ou ficam retidos por vários anos até a conclusão do curso. Tal discurso, mesmo se apoiando em impressões pessoais sem fundamentação cientifica, refuta a ideia de inclusão, contrapondo o que aponta Piovesan (2008, p.890), ao dizer que as ações afirmativas devem ser compreendidas no sentido de

[2]Ações afirmativas são políticas e práticas públicas e privadas que visam à correção de desigualdades e injustiças históricas face a determinados grupos sociais (mulheres/homens, população LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, ciganos. Na educação, dizem respeito ao direito a acesso e permanência na instituição escolar aos grupos dela excluídos, em todos os níveis e modalidades de educação (CONAE, 2010).

aliviar a carga de um passado discriminatório, e também no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade.

Em um primeiro momento, ao analisar, de forma isolada, a pontuação dos ingressantes de ampla concorrência em comparação com ingressantes PAA, percebe-se uma discrepância significativa. Conforme demonstra o resultado dos processos seletivos, as notas de ingressantes PAA são inferiores às dos estudantes de ampla concorrência (pontuação mínima entre 06 a 12 pontos, pontuação mínima de 14 a 20 pontos, respectivamente).

Ao longo do trabalho desenvolvido pelo setor de Serviço Social ligado à Coordenação Geral de Assistência ao Educando – CGAE, juntamente a outros setores do *campus*, foi possível constatar que a comunidade interna (docentes, técnico-administrativos e gestores) e também externa (familiares, servidores de outras instituições) que tiveram filhos e/ou conhecidos, candidatos à vaga de ampla concorrência (AC) que não conseguiram entrar para o curso, mesmo obtendo uma nota no processo seletivo superior a de aprovados por PAA, muitas vezes se referem aos estudantes que ingressaram a partir do PAA, como um problema que afeta a qualidade do ensino no *campus* e reproduzem o entendimento de que essa afirmação é comprovada em função de notas.

A presente pesquisa busca contestar o exposto acima e comprovar a hipótese de que o PAE coopera com a permanência e aprovação dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

Como relevância cientifica, este trabalho apresenta-se como uma ferramenta de pesquisa para avaliar a aplicação dos Programas de Ação Afirmativa e de Assistência Estudantil do IFMG-SJE, visando à divulgação e ao aperfeiçoamento para, não somente garantir o acesso à educação de qualidade, mas permitir que esses alunos tenham meios de se manter e permanecerem no curso escolhido até sua conclusão, considerando o tempo regular sem retenções.

Este trabalho poderá, ainda, servir de apoio a novos estudos relacionados ao Programa de Assistência Estudantil e ao Programa de Ação Afirmativa para validar e verificar o alcance dos objetivos do Programa de Assistência Estudantil apontados a seguir:

> I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
>
> II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
>
> III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
>
> IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, p. 1).

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes ingressantes nos anos de 2013 e 2014 por ação afirmativa, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE. Os objetivos específicos constituem:

- determinar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE;
- comparar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, no Curso Técnico Integrado em

Agropecuária do IFMG-SJE, por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do Programa de Assistência Estudantil;

- identificar as contribuições do PAE na taxa de sucesso dos egressos do curso, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente.

1.1 Por que falar em assistência estudantil?

Em 2009, a educação no Brasil passa a ser obrigatória para a faixa etária de 04 a 17 anos. O Ensino Fundamental passou a ser obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 4 (quatro) anos de idade, com objetivo de promover a formação básica do cidadão, conforme Emenda Constitucional 59:

> os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações:
>
> I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
>
> VII -– atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. […]
>
> Art. 2º O § 4º do art. 211 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 2009).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD) foi criada em 2004, no âmbito do Ministério da Educação, e em 2011 foi ampliada, passando a denominar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que, no contexto de promoção da equidade, valorização da diversidade e inclusão, desenvolveu ações e programas com o objetivo de implementar, juntamente aos sistemas de ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais normatizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), temáticas e modalidades de educação (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Ambiental, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos).

Cumpre destacar que, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, essa Secretaria foi extinta, deixando incerto o apoio ao desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais. (BRASIL, 2019).

Em atendimento às lutas pela inclusão de estudantes historicamente excluídos da Educação Superior, o processo para implantação de cotas foi acompanhado de várias discussões pelo país com a participação de discentes, docentes, pesquisadores de várias universidades, de norte a sul. Essas discussões perpassam a consolidação da própria sociedade brasileira e suas instituições, especialmente as de educação. Conforme Silva (2012, p. 96),

> […] o processo de implantação das cotas no Brasil passa por muitas estratégias para reduzir ou anular seu impacto, em especial, as raciais, durante o processo de debate e de efetivação das vagas nas universidades do país, mostra a força da ideologia do racismo que continua afirmando o destino de inúmeras pessoas no Brasil e no mundo.

Para atender a política de inclusão, além do simples ingresso, fazem-se necessárias outras políticas que garantam a permanência desses estudantes: após o ingresso, o que fazer para garantir sua permanência e conclusão do curso?

De acordo com a Resolução Nº 3, de 23 de março de 2019, que dispõe sobre a aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG, o programa tem por objetivo assegurar a permanência dos discentes matriculados em um dos cursos presenciais ofertados pelo IFMG, com fins de reduzir e minimizar a evasão motivada pela falta ou insuficiência de recursos financeiros e viabilizar a igualdade de oportunidades.

Para a concessão desses recursos, o discente deve comprovar sua situação socioeconômica que será identificada e avaliada pelo Núcleo de Assistentes Sociais do instituto (NASIFMG). O PAE/IFMG segue as diretrizes da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tratam do Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES e a Instrução Normativa vigente.

Com a implementação da Política de Assistência Estudantil, a instituição busca se redefinir como espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política.

Para receberem os auxílios do Programa de Assistência Estudantil na categoria socioeconômica, que atende aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade, o estudante do IFMG se inscreve em editais publicados antes do final do primeiro bimestre letivo de cada ano. O estudante contemplado assina um termo de compromisso, no qual constam orientações sobre como manter seu(s) benefício(s) e são informados da política de acompanhamento e permanência vinculada à Assistência Estudantil, definidos por normas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). O beneficiário precisa estar devidamente matriculado, garantindo um mínimo de 75% de frequência nas aulas ministradas.

Após inscrição, o estudante passa por um processo de avaliação socioeconômica, que é o instrumento utilizado para comprovar o perfil socioeconômico do estudante, a fim de identificá-lo como público-alvo dos programas de assistência estudantil do IFMG.

A análise socioeconômica é realizada pelo profissional de Serviço Social, a fim de identificar questões sociais que posam levar a situações de vulnerabilidade socioeconômicas que interfiram no cotidiano e permanência dos estudantes no *campus*. Essa avaliação tem por objetivo a classificação dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais ofertados pelo IFMG, para o recebimento de auxílios.

A classificação considera, como referência, o resultado do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) desenvolvido pela diretoria de assistência estudantil e pelo Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG (NASIFMG) calculado por um sistema de indicadores socioeconômicos, dividindo os resultados nas categorias A, B, C, D ou E. Essas categorias serão detalhadas a frente.

São utilizados, para essa classificação, os seguintes indicadores socioeconômicos e culturais da família[3]: renda familiar bruta mensal *per capita*, bens patrimoniais, situação de trabalho/ocupação, grau de escolaridade do provedor do núcleo familiar, situação de moradia da família, procedência escolar do estudante, meios de transporte e composição familiar (doenças e grupo de risco).

Entretanto, apesar da alta demanda, infelizmente, por falta de recursos suficientes, mesmo alunos que ingressam por PAA, muitas vezes não são contemplados pelo PAE. Ao analisar o perfil dos alunos que se inscrevem no PAE para pleitear algum benefício na categoria socioeconômica (mais de 80 % do total de alunos do *campus*), verifica-se que quase a totalidade dos estudantes que ingressaram por ampla concorrência apresentam uma situação de vulnerabilidade mais voltada para os perfis A e B, enquanto os ingressantes por AA são classificados nos perfis C, D e E.

Desde 2002, universidades federais, estaduais e outros centros universitários públicos adotam políticas de ação afirmativa para estudantes provenientes do ensino público, negros (pretos e pardos), indígenas, deficientes, entre outros segmentos sociais. Mas, com a lei nº 12.771, de 29 de agosto de 2012, e do decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, as instituições federais de Ensino Superior e Técnico passaram a adotar cotas sociais e raciais mantidas pelo Ministério da Educação. Estas passaram a destinar 50% das vagas dos cursos técnicos de nível médio para estudantes que tenham cursado, integralmente, o Ensino Fundamental em escolas públicas.

A Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação (MEC), dispõe sobre a implementação das reservas de vagas, descrevendo as modalidades de reserva de vagas, as condições para concorrer às vagas reservadas, o cálculo das vagas reservadas, do preenchimento das vagas reservadas e das disposições gerais e transitórias. A Portaria apresenta, em seu anexo, as fórmulas para cálculo das vagas reservadas e o rol de documentos mínimos recomendados para comprovação da renda familiar bruta mensal.

Apesar das ações do PAE, ainda há queixas, por parte dos professores, sobre o número significativo de evasão dos estudantes que ingressam nos cursos por meio de políticas de ações afirmativas. Alguns professores também apontam que parte desse grupo de estudantes não tem um bom rendimento e acabam desistindo do curso. Percebe-se, nesse cenário, que é preciso conhecer as causas dessa evasão e identificar como as políticas de assistência estudantil podem auxiliar a permanência e sucesso escolar desses estudantes, em conformidade com o disposto na Conferência Nacional de Educação – CONAE, sobre a concepção do sucesso escolar.

> A concepção de sucesso escolar de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do aluno. Antes significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. Dentre outros, significa também, reconhecer o peso das desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse quadro (CONAE, 2010, p. 58).

[3] Considera-se como família a unidade de origem do estudante composta por pessoas que possuem vínculos consanguíneos e/ou vínculos afetivos, todas moradoras do mesmo domicílio, podendo, eventualmente, contemplar pessoas que estabeleçam relações de obrigações mútuas, independentemente de serem moradores de um mesmo domicílio.

Dessa forma, considera-se de grande relevância a análise do PAE com a finalidade de identificar possíveis pontos frágeis que interferem na conclusão do curso em estudo dentro do tempo regular, uma vez que 80% dos ingressantes no *campus* São João Evangelista, principalmente por ações afirmativas, solicitam algum tipo de auxílio do PAE.

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), fórum assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), utiliza, assiduamente, o termo "vulnerabilidades" para identificar situações de desigualdades frequentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Consideram-se vulneráveis os

> […] indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p.34).

O IFMG, desde 2010, vem utilizando instruções normativas internas aprovadas pelo Conselho Superior, com indicadores que determinam o índice de vulnerabilidade socioeconômica. Essas normativas são atualizadas frequentemente, sendo a última a normativa 01/2017.

Consoante Magalhães e Menezes (2014), ações que objetivam apoiar a permanência de estudantes são desenvolvidas há décadas, anteriormente às políticas para democratização do acesso, porém, mesmo buscando ampliar seus limites, continuam sendo vistas por muitos segmentos das instituições de ensino como práticas assistencialistas, marginais ao conjunto de prioridades acadêmicas e, por essa razão, restritas às instâncias institucionais que implementam as ações específicas de assistência estudantil. As instituições educacionais, apesar da busca pela inclusão real de camadas segregadas da população, não conseguiram incorporar essas ações como reparadoras das desigualdades sociais, com vistas à transformação social, inferindo-se que o caminho é árduo e requer, também, comprometimento de todos os seguimentos sociais, além da própria escola.

1.2 Caracterizações do Município de São João Evangelista

São João Evangelista, Minas Gerais, município criado a partir de 1911, localiza-se na região do Vale do Rio Doce, com área de 478,29km^2, localizado a 280 km da capital Belo Horizonte e a 170 km de Governador Valadares e Ipatinga. É atendido pelas rodovias BR-120 e MG-314. Está próximo às regiões do Vale do Mucuri e Jequitinhonha e é referência de educação para essas regiões.

O município é composto por dois distritos, São Geraldo do Baguari e Nelson de Sena, e um povoado chamado Bom Jesus da Canabrava. Está situado no Bioma da Mata Atlântica, região de topografia montanhosa, com solos de fertilidade média na grande maioria das áreas exploradas, com grande potencial hidrográfico, e apresenta estrutura fundiária predominante de pequenas e médias propriedades.

A principal atividade econômica é a agropecuária, de natureza familiar, além de comércios, e funcionalismo público (municipal, estadual e federal). A economia é

caracterizada pelo baixo número de empregos e a maioria dos empregados têm vínculos precários (sem carteira assinada ou com contrato temporário) com rendimentos abaixo do salário mínimo vigente.

Os principais produtos do agronegócio comercializados na região são: leite, eucalipto[4], milho e feijão. Apresenta, ainda, um grande potencial para fruticultura e café irrigado, conforme descreve o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Técnico em Agropecuária sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) que se "sustenta sobre a agropecuária, de natureza familiar e empresarial, caracterizada pelo contraste, no emprego de tecnologia e insumos". Destaca-se, ainda, a exploração da bovinocultura de leite, suínos, aves, abelhas e equinos. (IFMG, 2015).

Tem como municípios limítrofes, ao Norte: Coluna e São José do Jacuri; ao Sul: Guanhães e Sabinópolis; a Leste: São Pedro do Suaçuí, Peçanha e Cantagalo; e a Oeste: Paulistas. Sua latitude é de 18°32`15" Sul e longitude: 42°46`00" Oeste.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população do município é de 15.781 habitantes, sendo a população urbana de 9.282 habitantes e a população rural de 6.244 habitantes, que vivem em uma área de 478,29 km². Pelos dados do IBGE, a população urbana de São João Evangelista corresponde a 57% dos habitantes. Em 2015, o salário médio mensal era de 1,6 salários mínimos, ainda segundo IBGE, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.3%.

As escolas do município, além do IFMG-SJE, são: E.E. Josefina Pimenta, E.E. Monsenhor Pinheiro, E.E. Carmela Dutra, E.E. Dr. Lúcio Vieira Silva, E.M. Antônio Medina Cardoso. Grande número de estudantes que ingressam no IFMG-SJE, além de outras escolas dos municípios vizinhos, destacando a E.E. Odilon Behrens, na cidade de Guanhães, vem dessas escolas.

O Índice de Desenvolvimento Humano do município – IDH (que varia de 0 a 1) é de 0,638, aproximando-se da média nacional, que é de 0,699. O Brasil ocupa a 73° posição no ranking mundial.

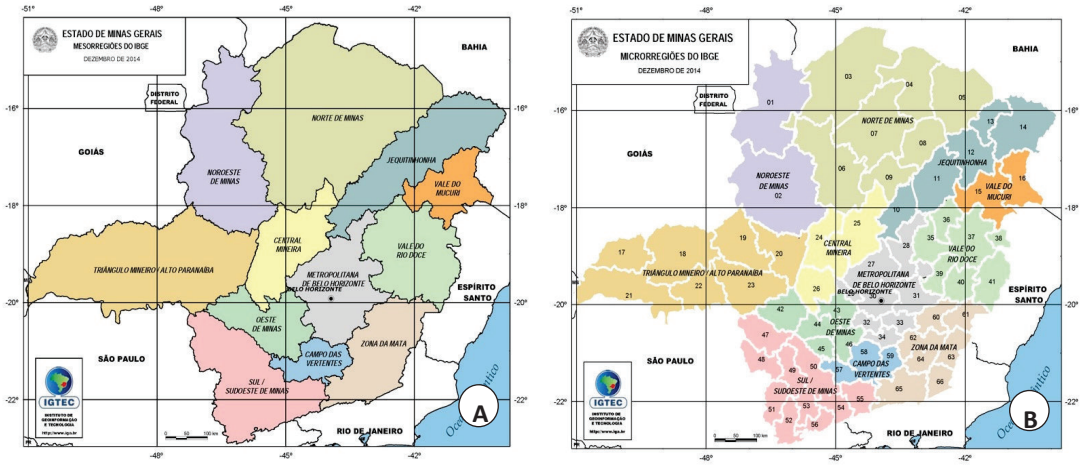

Figura 1: Macroregiões (A) e localização do município de São João Evangelista na microrregião do Vale do Rio Doce (B).
Fonte: IBGE (2018).

4 A empresa Celulose Nipo Brasileira (CENIBRA) emprega vários de nossos egressos do curso em estudo e pequenos silvicultores.

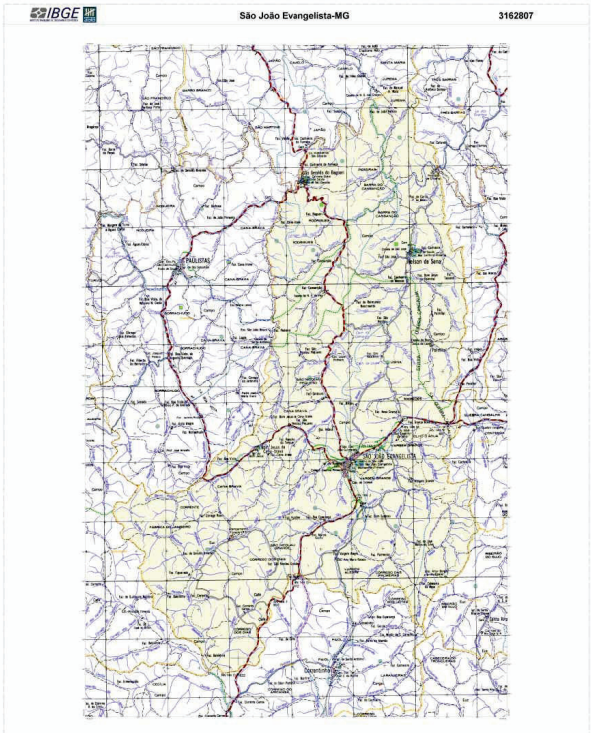

Figura 2: Mapa do município de São João Evangelista, MG.
Fonte: IBGE (2018).

1.3 Caracterização e Histórico do IFMG - Campus São João Evangelista

Segundo o site da instituição (IFMG/SJE, 2019), em 1950, a aquisição da "Chácara São Domingos", com uma área de 277,14ha, foi um grande passo para que, em 27 de outubro de 1951, fosse publicado no Diário Oficial da União, um convênio entre a União e o Estado de Minas Gerais para a instalação da "Escola de Iniciação Agrícola de São João Evangelista", vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (S.E.A.V.), diretamente subordinada ao Ministério da Agricultura.

Idealizada pelos senhores Nelson de Sena e Demerval José Pimenta, juntamente aos senhores Oswaldo Pimenta, Monsenhor Antônio Pinheiro, Padre Davino Morais e Astrogildo Amaral, estes fundaram a Sociedade Educacional Evangelistana, desde 1949.

Em 1º de março de 1962, teve início, com quinze estudantes, a 5ª série (antigo ginasial) do então curso de "Mestria Agrícola".

Em 1964, altera-se a denominação de Escola de Iniciação para Ginásio Agrícola. Em 1965, foi transferida para o Ministério de Educação e Cultura, por meio do Decreto nº 60.731 de 19 de março de 1967.

Em 1978, foi autorizado, pela Portaria nº 17, de 27 de fevereiro de 1978, da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), o funcionamento do curso Técnico Integrado em Agropecuária, que teve seu início no mesmo ano, em março. O objetivo desse curso, quando de sua criação, foi qualificar jovens para o desempenho tecnológico na área primária, contribuindo, assim, para o melhor atendimento das necessidades do homem, e, consequentemente, fortalecendo o desenvolvimento econômico do país.

Em 1979, pelo Decreto nº 83.995, foi alterada a denominação de Ginásio Agrícola para Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG.

Em 1983, o Governo do Estado autorizou a doação do terreno Chácara São Domingos para a União e em 1985 ocorre a criação da Fundação da Associação dos Servidores Públicos da EAFSJE-MG.

Já no ano de 1993, com base na Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista-MG passou a ser uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do artigo 20 do anexo 01, do Decreto 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais (IFMG) foi criado pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante a integração da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Ouro Preto e Bambuí e das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) de Formiga e Congonhas.

Atualmente, o IFMG é composto pelos *campi*: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista. Há, também, os *campi* avançados de Conselheiro Lafaiete, Itabirito, Ipatinga, Piumhi e Ponte Nova, além da unidade conveniada de Arcos e seis polos de Ensino a Distância. Seus *campi* estão localizados em regiões estratégicas do estado e estão vinculados a uma reitoria, que tem sede em Belo Horizonte.

No IFMG-SJE, em 2001, aconteceu a colação de grau da última turma do curso Técnico em Economia Doméstica. Nesse mesmo ano, por meio da Resolução nº 01, de 03 de janeiro de 2001, foi criado o Curso Técnico em Alimentação, no sistema de concomitância com o Ensino Médio e nesta mesma resolução aprovou, também, o funcionamento do curso Técnico em Informática, de nível médio.

Em 2010, os cursos acima foram encerrados e iniciou-se o funcionamento do curso Técnico em Nutrição e Dietética de nível médio, autorizado por meio da Portaria nº 179, de 04 de março de 2011, do Conselho Superior do IFMG.

O Curso Técnico Integrado em Nutrição e Dietética faz parte do eixo de Ambiente e Saúde, possui carga horária total de 3820 horas e oferece 70 vagas com ingresso anual. Tem como objetivo formar técnicos com habilidades e competências para atuarem como agentes orientadores na promoção, proteção da saúde e na prevenção das doenças, por meio de ações educativas ligadas à alimentação humana.

Em 2018, teve início o curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, e o encerramento das entradas para o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

O Curso (Integrado) Técnico em Informática faz parte do eixo tecnológico Informação e Comunicação, possui carga horária total de 3.670 horas e oferece 70 vagas com entrada anual. O objetivo geral do curso é possibilitar aos estudantes habilitação profissional, integrada ao Ensino Médio, que permita aos estudantes ingressar no mercado de trabalho de Informática, área cada dia mais necessária em todos os tipos de negócio, promovendo a competência profissional na perspectiva de uma formação integral, que tenha o trabalho como princípio educativo.

Atualmente, o IFMG-SJE oferece os seguintes cursos de nível:

- Técnico Integrado: Agropecuária, Informática, Nutrição e Dietética.
- Técnico Subsequente: Agrimensura.

● Superior: Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas.

Figura 3: Vista panorâmica do campus IFMG-SJE
Fonte: Arquivo interno do *Campus*.

Figura 4: Vista do primeiro prédio de aulas do IFMG-SJE
Fonte: Arquivo interno do *campus*.

O *campus* IFMG-SJE tem, atualmente, 168 servidores efetivos; 90 docentes e 78 técnicos administrativos, 76 servidores terceirizados, 24 anistiados[5] da empresa Vale.

O Curso Técnico Integrado em Agropecuária sempre foi o "carro-chefe" desde a criação da antiga Escola Agrotécnica e ainda se destaca na instituição pela cultura local ser basicamente agrícola e por sua história.

[5] Servidores demitidos da Vale de Itabira – MG, no período do governo Collor, início da década de 90, que foram reintegrados em diversos órgãos do Governo Federal.

1.4 Histórico do Curso Técnico Integrado em Agropecuária

O Curso Técnico Integrado em Agropecuária foi o primeiro curso técnico da instituição, criado em 1971. O curso recebe estudantes de várias regiões, exercendo uma expressiva influência nos Vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, além do norte de Minas Gerais, sul da Bahia e outras regiões do estado, com destaque aos municípios de Capelinha, Itamarandiba, São José do Jacuri, Coluna, Rio Vermelho, Virginópolis, Guanhães, Peçanha e do próprio município de São João Evangelista.

Diante do histórico da região, procurou-se adotar para Curso Técnico Integrado em Agropecuária metodologia de ensino que prevê a interdisciplinaridade das aulas, considerando-se que o estudante seja capaz de conhecer e transformar sua realidade e sua carreira profissional. São usados, para tanto, instrumentos metodológicos que propiciam uma abordagem eficiente e adequada, relacionando teoria e prática com o objetivo de formar cidadãos críticos e reflexivos. O currículo, organizado em competências, visa articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. A habilitação técnica em Agropecuária do Instituto está estruturada de forma integrada ao Ensino Médio. A organização curricular do Plano de Curso compreende o currículo necessário à formação do Técnico em Agropecuária – Eixo Tecnológico-Recurso Naturais, contendo 03 (três) séries sequenciais, sem terminalidade, além do estágio profissional supervisionado.

O Curso Técnico Integrado em Agropecuária possui uma carga horária considerada elevada, com um total de 4.360 horas, conforme Quadro 1, e, atualmente, está em fase de reestruturação. As aulas acontecem no período de 07:00 às 17:45 com aulas teóricas e práticas que ocorrem no próprio *campus*. Dada a distância do *campus* São João Evangelista até as residências de vários estudantes, muitos destes se veem obrigados a residirem no município, seja em alojamentos (masculino ou feminino) ofertados pelo *campus* ou em repúblicas. As visitas a seus familiares ficam restritas aos finais de semana ou, para alguns, somente em feriados prolongados. Conforme informações do Setor Pedagógico, o currículo demonstrado foi utilizado até 2017, trazendo pequenas mudanças na carga horária a partir de 2018, passando de 4.360 para 4.060 horas.

Com a apresentação do problema optou-se por trazer um rápido resgate sobre a história das ações afirmativas destacando, principalmente, o que ela é atualmente, sabendo que suas lutas foram árduas e que as próximas gerações serão beneficiadas.

Quadro 1: Disciplinas do Curso Técnico Integrado em Agropecuária Integrado conforme Projeto Pedagógico do Curso (PPC), quando dos ingressos das turmas 2013 e 2014

1ª. Série				
DISCIPLINAS PARTE TÉCNICA	DISCIPLINAS DA BASE NACIONAL COMUM			
	Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias	Ciências humanas e suas tecnologias	Parte diversificada
Fundamentos e Prática de Agricultura	Língua Portuguesa	Biologia	História	Língua Estrangeira/Inglês
Fundamentos e Prática de Zootecnia	Educação Física	Química	Geografia	
Desenho Técnico em Computador	Informática	Física	Filosofia	
Topografia		Matemática	Sociologia	
Máquinas e Motores				
2ª. Série				
Culturas Anuais	Língua Portuguesa	Biologia	História	Língua Estrangeira/Inglês
Olericultura	Educação Física	Química	Geografia	
Suinocultura	Informática	Física	Filosofia	
Animais de Pequeno Porte		Matemática	Sociologia	
Irrigação e Drenagem				
Implementos Agrícolas				
3ª. Série				
Culturas Perenes	Língua Portuguesa	Biologia	História	Língua Estrangeira/Inglês
Atividade Prática Orientada II	Educação Física	Química	Geografia	
Caprinovinocultura				
Estágio supervisionado I				
Proc. Prod. Origem Vegetal e Animal	Arte	Matemática	Filosofia	
Forragicultura e Pastagem				Discplina Optativa
Gestão e Empreendedorismo				Língua Estrangeira/Espanhol
Atividade Prática Orientada II				
Estágio Profissional Supervisionado II				
Total da carga horária das disciplinas da parte técnica				1.770
Total do estágio supervisionado				160
Total da carga horária das disciplinas da base nacional comum				2.430
Total Geral				**4.360**

Fonte: Matriz curricular do Curso Técnico Integrado em Agropecuária – PPC/2013 – Adaptada pela autora.

A faixa etária dos estudantes ingressantes era de 14 a 18 anos, oriundos de municípios mineiros das regiões do Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Vale do Aço e Rio Doce e Quadrilátero Ferrífero, como Água Boa, Angelândia, Itamarandiba, Aricanduva, Capelinha, Coluna, Cantagalo, Frei Lagonegro, Guanhães, Itabira, Materlândia, Peçanha, Sabinópolis, Timóteo, Virginópolis e de São João Evangelista, conforme Figura 5.

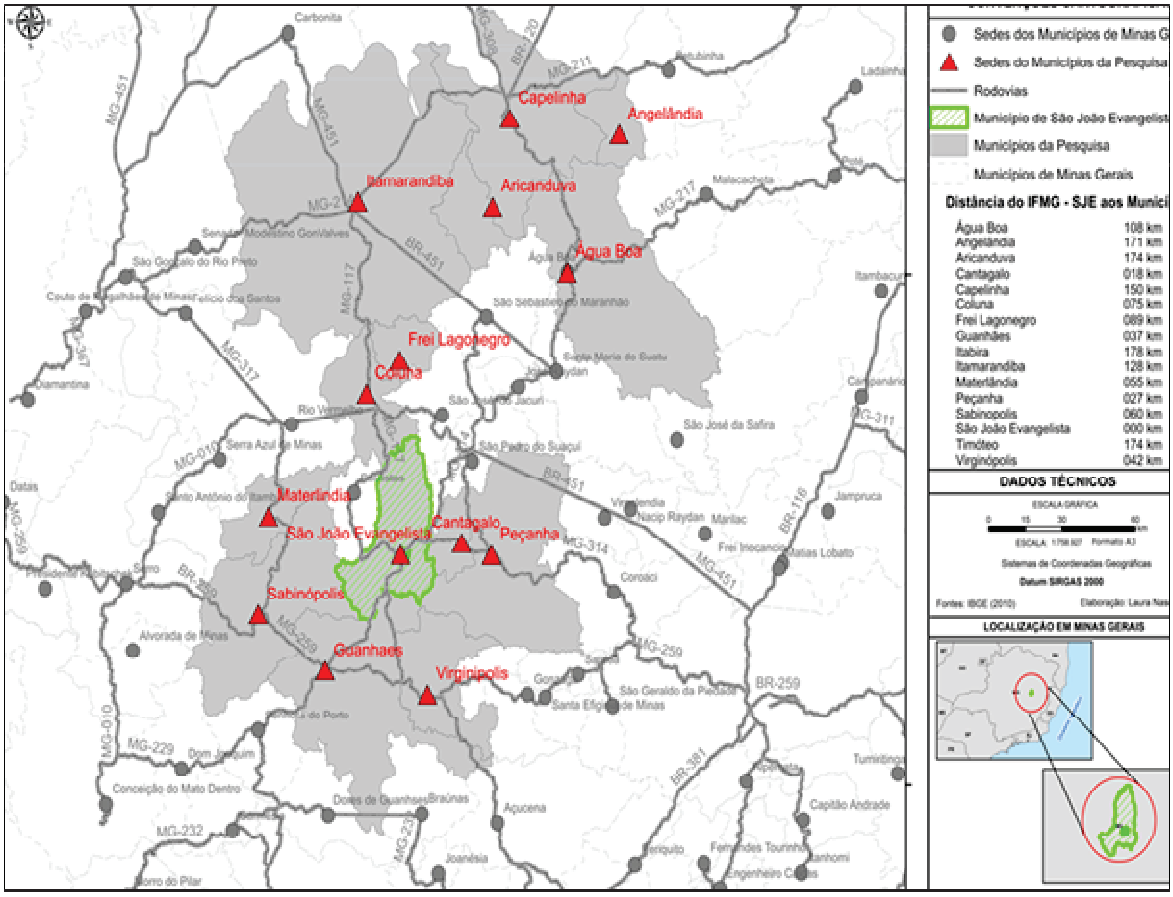

Figura 5: Mapa dos municípios de origem dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa, 2013 – 2014

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da pesquisa e IBGE.

2 CAPÍTULO II

AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS CONTEXTOS

A revisão bibliográfica da pesquisa foi realizada com base em autores, como Freire (1987), Apple (2017), Eurístenes, Machado e Feres Júnior (2018).

Paulo Feire, uma das mais importantes figuras da história da educação brasileira, a respeito da construção de uma educação anti-hegemônica, deixou seu legado para ser usufruído na contemporaneidade. Respeitado nacional e internacionalmente, ele é considerado o Patrono da educação brasileira.

Segundo Apple (2017, p. 71), Paulo Freire compreendia a política de raça como um grande campo que precisava de transformações igualmente sérias, e que não poderiam ser reduzidas a uma simples expressão de relações de classe, embora estivessem ligadas a ela.

A inclusão de cotas na educação brasileira constitui uma reparação de uma dívida histórica, com o objetivo de restaurar as distorções construídas ao longo dos séculos, (SILVA FILHO, 2014, p. 48). Segundo o autor, a melhor forma para romper com a exclusão da maioria dos negros, e diminuir a desigualdade de outros, ocorre pelo acesso à Educação Superior. Foram quatro séculos de escravidão entre os índios e os africanos, e, mesmo após o fim desta, não houve políticas reparadoras ou de integração à sociedade, agravando a desigualdade, o que culminou em uma situação de completa exclusão.

As estratégias para reduzir ou anular o impacto das cotas, em especial as raciais, são inúmeras. Durante o processo de debate e de efetivação das vagas nas universidades, foi revelada a força da ideologia do racismo que continua determinando o destino de inúmeras pessoas no Brasil e no mundo. Em relação às cotas, há a necessidade de uma constante vigilância para preservar a política de reparação, em especial nesse momento político que estamos vivenciando, para garantir que uma política de assistência estudantil seja, de fato, implementada e permita a permanência desses estudantes em seus cursos.

As ações afirmativas surgiram com base nas políticas de inclusão de grupos que foram excluídos por motivos diversos da sociedade. São desigualdades que se formaram durante a evolução histórica das sociedades, e essas ações visam eliminar ou minorar as diferenças. Segundo Silva Filho (2014, p. 18), as ações afirmativas são resultado de um processo de conquistas sociais de diversos grupos — negros, mulheres, juventude, nordestinos, homossexuais, quilombolas e outros. A reserva de vagas nas universidades e institutos federais é apenas uma modalidade de ação afirmativa dentre tantas outras. Assim, Silva Filho (2014, p.19) diz que as Ações Afirmativas são focalizadas, direcionadas, com objetivo de compensar, restituir, reparar uma situação anteriormente estabelecida.

Após ampla discussão nos mais diversos setores sociais, do meio acadêmico às camadas abastadas da sociedade, passando por grupos de defesa de minorias, entrou em vigor a Lei de Cotas, por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012,. Os textos garantem que as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação reservem 50% das vagas em seus processos seletivos para ingresso dos estudantes nos cursos de graduação que tenham cursado, integralmente, o Ensino Médio em escolas públicas e, também, ingresso aos cursos de nível médio para aqueles que tenham

cursado integralmente o Ensino Fundamental em escolas públicas[6]. Essa lei é um marco da luta pela Política de Ação Afirmativa (PAA) no Brasil, que tem o objetivo de uniformizar a PAA nos ensinos superior e médio técnico da rede federal. De acordo com a Lei (BRASIL, 2012),

> **Art. 4°** As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
>
> **Parágrafo único**. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.
>
> **Art. 5°** Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).
>
> **Parágrafo único**. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública. (BRASIL, 2012).

Segundo Nunes (2018, p. 16), a Lei 12.711/12 trouxe a homogeneização da política de cotas, ainda que não inviabilizasse a autonomia de cada instituição no sentido de qualificar a própria lei, bem como a liberdade de consolidação de outras políticas afirmativas, em paralelo.

Assim, a distribuição das vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) foi subdividida em: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*; e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também considerou-se percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O modelo utilizado pelo IFMG, para cálculo das vagas reservadas em 2013 e 2014 para Ensino Superior e Ensino Médio/Técnico (Figura 6 e 7) baseou-se na Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento dessas vagas.

[6] Consideram-se escolas públicas as instituições de ensino de que trata o inciso I do caput do art. 19 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

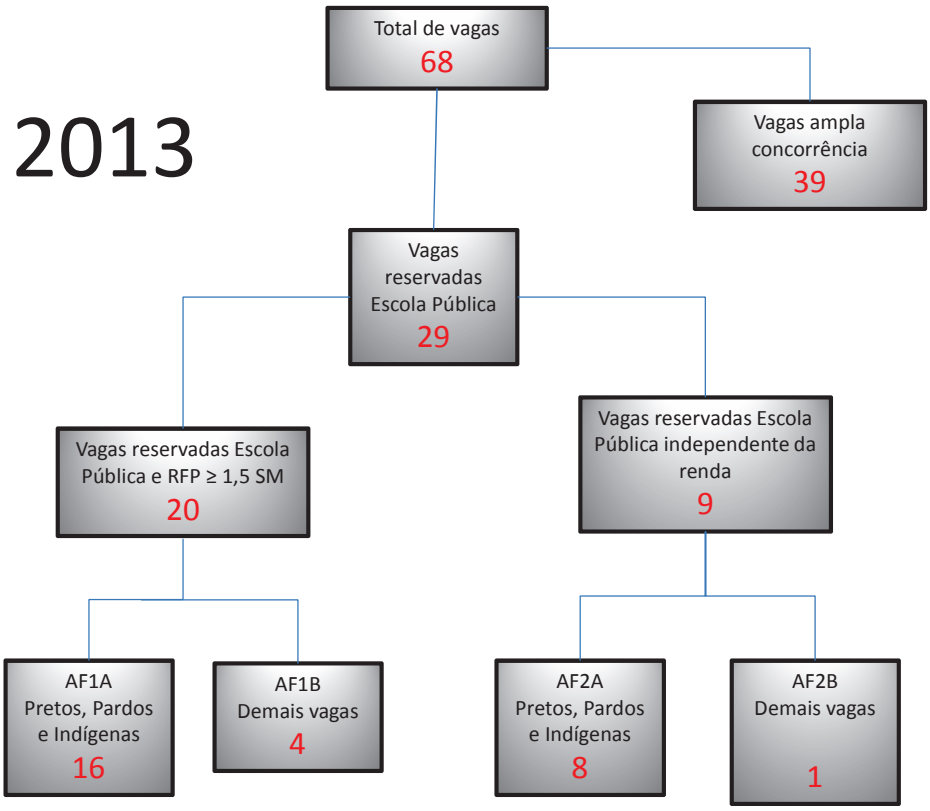

Figura 6: Modelo da distribuição de vagas no ano de 2013 no Curso Técnico em Agropecuária conforme orientações do Ministério da Educação – MEC
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

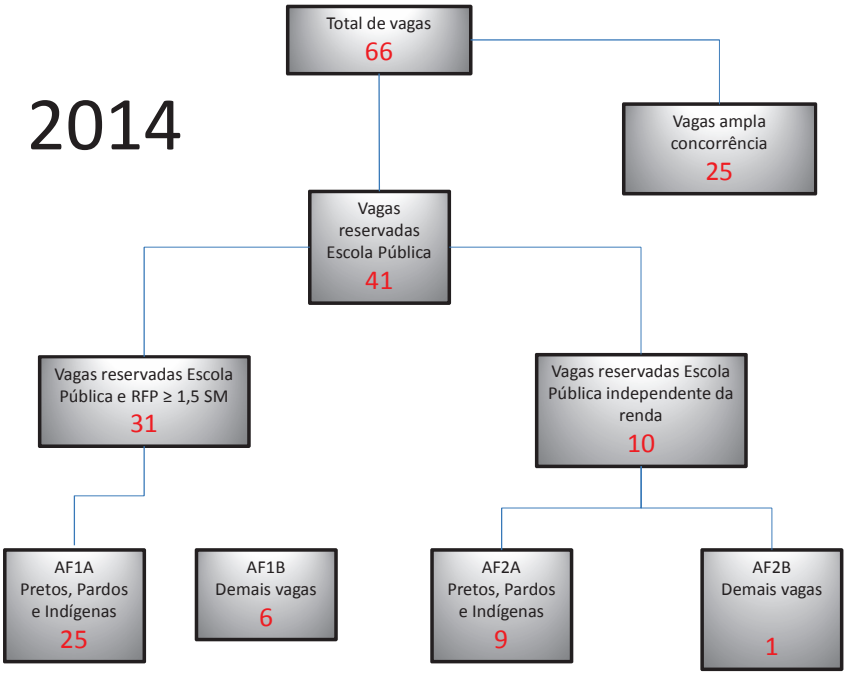

Figura 7: Modelo da distribuição de vagas no ano de 2014 no Curso Técnico em Agropecuária conforme orientações do Ministério da Educação – MEC
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

As vagas reservadas para egresso de escola pública exigem que o estudante tenha cursado o Ensino Médio em escola pública ou tenha obtido certificação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja*)* e demais exames realizados pelos sistemas estaduais, para ingresso em universidades e tendo cursado o Ensino Fundamental em estabelecimento público quando do ingresso em curso médio técnico da rede federal.

Nos anos pesquisados, 2013 e 2014, os estudantes poderiam concorrer pelas cotas e também, simultaneamente, pela ampla concorrência. Em 2013 e 2014, para o critério racial, não havia separação entre pretos, pardos e índios, mas o MEC incentivava que universidades e institutos federais localizados em estados com grande concentração de indígenas adotassem critérios adicionais específicos para esses povos, dentro do critério da raça, no âmbito da autonomia das instituições.

O governo federal, para garantir a permanência dos estudantes cotistas nas Universidades e Institutos Federais, se comprometeu a manter reforço na política de assistência estudantil. No orçamento de 2013, já estava previsto um aumento para o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Inclusive, foram investidos cerca de R$600 milhões em assistência estudantil em 2013. O MEC articulou com os reitores a política de acolhimento dos alunos cotistas, que também girava em torno da política de tutoria e nivelamento.

Com a implantação da Lei de Cotas, determinava-se o mínimo de aplicação das vagas, mas as universidades federais e Institutos Federais teriam autonomia para, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares.

O acompanhamento da implementação dessa Lei ficou a cargo de um comitê composto por representantes do Ministério da Educação, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a participação de representantes de outros órgãos e entidades e da sociedade civil.

No Quadro 2, apresenta-se uma sistematização das principais ações da assistência estudantil a partir da década de 1980, destacando o papel do FONAPRACE enquanto principal articulador da política de assistência estudantil.

Quadro 2: Sistematização das principais ações de assistência estudantil a partir de 1980

Ano	Ações
1987	Criação do FONAPRACE.
1988	Promulgação da Constituição Federal, artigo 206, "I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".
1994	Realização do primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES.
1996	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, artigo 3º: "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".
1996/1997	Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2000	Carta de apoio: Assistência Estudantil: uma questão de investimento Elaboração do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das 2001.
2001	Elaboração do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação

	das Instituições Públicas de Ensino Superior. Aprovação do Plano Nacional de Educação.
2003/2004	Realização da 2ª pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
Ano	**Ações**
2007	Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, cria o REUNI. Elaboração do novo Plano de Assistência Estudantil. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
2010	Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, institui o PNAES. Plano Nacional de Educação 2011 – 2020.
2011	Realização de nova pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.
2012	52ª Reunião Ordinária do FONAPRACE e criação dos GTS para análise e discussões dos programas nas IFES. Aprovação da Lei 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas. Decreto 7.824/2012 – define condições gerais e estabelece sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e regras das IFES. Portaria Normativa 18/2012 do MEC, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas e as fórmulas para cálculo, condições para concorrer às vagas reservadas.
2013	53ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações, visando mobilização do Governo quanto à necessidade de revisão dos recursos e buscando atender todos os Estudantes necessitados.
2014	Reunião da Região Sudeste do FONAPRACE, avaliação das negociações com o Governo Federal, bem como o impacto da expansão do Ensino Técnico e Superior referente à Rede Federal junto aos Institutos Federais e às Universidades sem previsão de ajustes no orçamento para atender os estudantes que se encontram na margem da vulnerabilidade social. 56ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações visando mobilização do Governo quanto à necessidade de revisão dos recursos buscando atender todos os Estudantes necessitados. O pleito da ANPG para incluir os pós-graduandos no PNAES, solicitando para isso o apoio do movimento educacional, como o FONAPRACE, trouxe à tona a necessidade de se discutir a assistência estudantil em novos moldes, de forma mais ampla, de modo que ela não atenda apenas a graduação presencial, mas o conjunto de estudantes da rede federal que necessitam. Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024.
2017	Lei 13.409/2016 inclui os alunos com deficiência. Decreto 9.034/2017 e Portaria Normativa 09/2017.

Fonte: Adaptado de Torezani (2015).

O PAE iniciou-se antes da implementação do PAA, o que já era um ponto positivo por ser uma política que visa à permanência e à diminuição da evasão e retenção, a fim de contribuir para inclusão social.

Em 2010, todas as instituições federais, incluindo os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, passaram a ser contempladas pelo Programa de Assistência Estudantil como tentativa de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e a promover a conclusão da formação, consequentemente, reduzindo a evasão e a retenção escolar, contribuindo, assim, para a promoção da inclusão social pela educação. Conforme Art. 4º. do decreto nº 7234/2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

> […] as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 1).

2.1 Implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFMG – SJE

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Lei 11.892/08, apresentou-se a necessidade de estender os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil para os cursos técnicos.

Seguindo o cenário nacional, o IFMG implementou, a partir de 2011, o Programa de Assistência Estudantil do IFMG (PAE), que se configura num conjunto de princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento de ações que buscam democratizar o acesso e a permanência dos estudantes no Instituto. Na época, as categorias de auxílios disponibilizados eram: por critérios socioeconômicos; por mérito acadêmico; por necessidades educacionais especiais; por complemento das atividades acadêmicas e por Seguro Escolar.

Atualmente, o PAE tem sua coordenação geral sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Estudantil (DIRAE), localizada na Reitoria, sendo auxiliado, nos *campi*, pela Coordenação de Apoio ao Educando ou setor equivalente. No *campus* São João Evangelista está sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), que tem como profissionais de apoio: Assistente Social, Psicólogo, Dentista, Nutricionista, Médico, Técnicas em Enfermagem e quatro Assistentes de Alunos.

O Programa tem, por objetivo, assegurar a permanência dos discentes matriculados em um dos cursos presenciais ofertados pelo IFMG, com o objetivo de reduzir e minimizar a evasão motivada pela falta ou insuficiência de recursos financeiros, viabilizar a igualdade de oportunidades. Para a concessão desses recursos, o estudante deve comprovar sua situação socioeconômica que será identificada e avaliada pelo Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto (NASIFMG). O PAE-IFMG segue as diretrizes da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tratam do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES) e da Instrução Normativa vigente.

Conforme a política interna do IFMG, com a implementação da Política de Assistência Estudantil, a instituição se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política. (IFMG/GV, 2019).

A política de Assistência Estudantil do IFMG, art. 5º, tem como objetivos:

> I. Viabilizar a permanência dos estudantes matriculados nos cursos presenciais ofertados pelo IFMG, com fins de reduzir a evasão, as desigualdades educacionais, socioculturais, regionais e econômicas.
>
> II. Fomentar o apoio pedagógico com vista a melhoria do desempenho acadêmico e diminuição de retenção.
>
> III. Ampliar as condições de participação democrática, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social (IFMG/GV, 2019, p. 3).

Os benefícios são oferecidos por meio de editais públicos, que estabelecem as regras de participação e os critérios de seleção dos candidatos. O quantitativo de bolsas ofertadas fundamenta-se na análise socioeconômica realizada pelo NASIFMG e a disponibilidade orçamentária de cada *campus*.

O público atendido pelo programa de caráter socioeconômico são os estudantes regularmente matriculados e frequentes em, pelo menos, 03 (três) disciplinas dos cursos presenciais de nível médio ou graduação do IFMG e, prioritariamente, estudantes que possuam renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo e/ou oriundos da rede púbica de Educação Básica. A concessão e manutenção do benefício para estudantes que cursem menos de 03 (três) disciplinas ocorrerá mediante avaliação e parecer técnico do assistente social.

Aos estudantes que se encontram em situação de regime excepcional de estudos e/ou atestado médico será garantida a permanência de seu atendimento pelos referidos programas, sob avaliação do Assistente Social do *Campus* e/ou DIRAE.

Os programas de caráter socioeconômico são implementados por meio de repasse financeiro ao estudante ou em prol dele, no caso da Moradia Estudantil e/ou Isenção de pagamento no Restaurante Universitário e/ou equivalente, sem prejuízo à criação de outras modalidades de atendimento que atendam ao Decreto nº 7.234/2010.

No âmbito do IFMG, são desenvolvidos os seguintes programas de caráter socioeconômico: bolsa permanência, alimentação, moradia e auxílio emergencial.

O programa de Bolsa Permanência consiste em um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência dos estudantes no IFMG, possibilitando a integralização do seu curso. O programa dispõe de quatro modalidades de bolsa: bolsa Permanência 01, 02, 03 e 04. Cada uma delas tem valores diferenciados, conforme planejamento anual do *campus* e disponibilidade financeira.

O programa de Alimentação refere-se à concessão de refeição, nos *campi* que possuem restaurantes. No caso do IFMG-SJE, a partir de 2017, todos os estudantes dos cursos técnicos têm direito às refeições gratuitas na Unidade Alimentação Nutricional (refeitório). Isso acontece devido à adesão do *campus* ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que consiste na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, com aquisição dos produtos da Agricultura Familiar realizada por meio da Chamada Pública.

No Programa de Moradia Estudantil, são oferecidas vagas em alojamento nos *campi* que já dispõem dessa estrutura, e a concessão é, prioritariamente, aos estudantes cujo núcleo familiar resida fora do município no qual estuda. A moradia estudantil é regida por Regulamento próprio de cada *campus*. Os estudantes e familiares devem assumir a responsabilidade pela permanência e obediência às regras de convivência, mediante assinatura de termo de compromisso. O acompanhamento dos estudantes alojados é realizado por meio da Coordenação de Assistência Estudantil ou equivalente, com a participação da família e, quando necessário, por órgãos de defesa da criança e do adolescente.

Em São João Evangelista, são dois alojamentos — feminino, com 64 vagas, masculino, com 120 vagas, que atendem somente os cursos técnicos. O alojamento masculino, normalmente, não preenche todas as vagas, já o feminino tem lista de espera.

O auxílio Emergencial consiste na concessão de auxílios bolsa permanência, alimentação, moradia, que podem ser deferidos em virtude de situações emergenciais que modifiquem a realidade social do estudante. A concessão desta está condicionada à apresentação de documentação comprobatória que justifique a situação emergencial; a relevância do benefício solicitado para a permanência do estudante e que atenda as condições do programa, de acordo com a Política Interna do IFMG. Esse auxílio poderá ser deferido ao longo do ano de vigência do edital, desde que haja disponibilidade financeira.

Todos os auxílios do programa de caráter socioeconômico devem ser acompanhados por um parecer do Assistente Social responsável pelo seu deferimento.

A análise socioeconômica é o instrumento utilizado para identificar o perfil socioeconômico do estudante, a fim de caracterizá-lo como público-alvo dos programas de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. É realizada pelo profissional de Serviço Social, tendo como objetivo identificar questões sociais que possam levar a condições socioeconômicas desfavoráveis que interfiram no cotidiano e na permanência dos estudantes do IFMG.

A análise socioeconômica é de competência dos assistentes sociais, de acordo com o inciso IX do artigo 4º da lei nº 8.662/93, que dispõe da profissão do assistente social. A análise socioeconômica terá validade de 1 (um) ano, podendo ser renovável pelo mesmo período.

O NASIFMG poderá realizar consultas a informações públicas; entrevistar o estudante e/ou demais pessoas da família; solicitar documentação adicional e realizar visita domiciliar tendo a finalidade de subsidiar o parecer técnico do assistente social. Conforme já exposto, para a avaliação socioeconômica dos estudantes, serão considerados os dados referentes ao seu núcleo familiar: renda familiar bruta mensal *per capita*, bens patrimoniais, situação de trabalho/ocupação, grau de escolaridade do provedor do núcleo familiar, situação de moradia da família, procedência escolar do estudante, meios de transporte, composição familiar, doenças e grupo de risco.

Os dados coletados são associados matematicamente em um conjunto de indicadores sociais utilizados para a construção de um índice sintético que aponta diferentes perfis socioeconômicos dos candidatos. A metodologia de construção dos indicadores sociais e do índice sintético é elaborada pela Diretoria de Assistência Estudantil em conjunto com o NASIFMG.

Os indicadores sociais e o índice sintético, bem como as linhas de corte para definição dos perfis, são revisados anualmente, para aperfeiçoamento da metodologia.

Para a concessão dos auxílios, serão considerados os seguintes perfis, conforme as linhas de corte do índice sintético:

- Perfil A: contempla estudantes que possuem alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
- Perfil B: contempla estudantes que possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
- Perfil C: contempla estudantes que possuem médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;

- Perfil D: contempla estudantes que possuem baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
- Perfil E: estudantes que não possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório. (IFMG, 2019).

Para a permanência dos benefícios ofertados nos programas existentes na Política de Assistência Estudantil do IFMG, os estudantes deverão apresentar frequência mínima de 75% por disciplina, apurada trimestralmente nos cursos superiores/subsequente ou concomitante e nos cursos técnicos integrados. A ausência de mais de 25%, por disciplina, apurada trimestralmente, sem justificativa, poderá incidir na suspensão ou cancelamento do auxílio.

A reprovação do estudante no período letivo vigente não será considerada critério para exclusão deste no Programa, se for constatado o cumprimento das condicionalidades. Ocorrerá o desligamento do estudante no programa, quando forem esgotadas todas as estratégias de acompanhamento para cumprimento das condicionalidades dos programas de caráter socioeconômico. Essa ação deverá ser realizada com a ciência dos pais ou responsáveis, no caso do estudante dos cursos técnicos integrados.

Para ilustração, foi elaborada a Tabela 1, que traz os dados gerais das avaliações socioeconômicas realizadas com todos os estudantes do *campus* inscritos nos editais de 2013 e 2014.

Tabela 1: Dados gerais das avaliações socioeconômicas do IFMG – campus São João Evangelista no período de 2013 a 2014

Ano	Solicitantes	Gênero		Renda Per capita Familiar (salário mínimo)			Ação Afirmativa (deferido auxílio)
		Fem.	Masc.	0 - ¼	> 1,4 - ½	> ½	
2013	302	153	149	115	114	73	36
2014	452	230	201	141	177	134	63

Fonte: Arquivos internos do Serviço Social do campus IFMG/SJE.

Como hipótese, acredita-se que esses benefícios do PAE, principalmente os que beneficiavam os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, contribuíram para a permanência e aprovação dos estudantes que ingressaram por meio de Ação Afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE no período compreendido entre 2013 a 2016. Essa hipótese encontra suporte nas considerações de Souza (2017) para transformação social:

> […] estes marcos em si permitem conceber a Assistência Estudantil para além de uma mera provisão material, assumindo um sentido formador e transformador; e os estudantes atendidos pela Assistência Estudantil são movidos a encarar a educação como espaço de autossuperação de sua condição social limitada, já que historicamente não adentravam na escola de nível superior e acreditavam que esta "não era o seu lugar". Ou seja, com esse estímulo, o estudante reconhece a sua

> situação de carência social, rompe com ela e se transforma (SOUZA, 2017, p. 17-18).

Nesse contexto, considerando-se a relevante contribuição do PAE no êxito de estudantes do *campus*, espera-se que o presente estudo permita melhor compreensão da influência dos auxílios socioeconômicos, de modo a auxiliar as ações pedagógicas no êxito escolar dos estudantes ingressantes por meio PAA no Curso Técnico Integrado em Agropecuária.

2.2 Implementação do Programa de Ação Afirmativa no IFMG – SJE

Considerando-se que a escola é uma instituição social, pode-se dizer que as práticas escolares trazem consigo as marcas da cultura e das relações sociais que se estabelecem no contexto em que está inserida. Esta, então, torna-se palco de problemas sociais, conforme explica Amaro (2012):

> […] relações familiares precarizadas, pais negligentes, desemprego, trabalho infantil, fome, violência, drogas e multiformas de discriminações sociais passam a fazer parte do cotididiano da escola e alimentam as estatísticas da evasão escolar, da multirepetência e do atraso escolar, marcando o início de uma história de exclusões (AMARO, 2012, p. 16).

Amaro (2012, p.15) destaca, ainda, como fator importante, a necessidade do reconhecimento da escola como "guardiã da diversidade", na qual interagem estudantes, pais, professores e servidores em geral, cada um com sua história de vida, expectativa social, valores, dificuldades e potencialidades.

A legislação vigente pertinente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) – PDI, além de bancos de dados do IFMG como secretaria escolar, serviço social (avaliações socioeconômicas), editais e resultados de processos seletivos, indicam a real situação do ingresso e sobre a permanência dos estudantes cotistas em instituições federais.

O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), criado em 2008, com sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP–UERJ, com o intuito de produzir estudos sobre ação afirmativa a partir de uma variedade de abordagens metodológicas, desenvolve investigações sobre a representação de raça e gênero na política e em diversas instituições e mídias (jornalismo, cinema, telenovelas, revistas, videogames). Além das atividades de pesquisa, o grupo também realiza eventos, debates e cursos. O GEMAA (2011) define Ação Afirmativa como:

> […] políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA, 2011, p. 1).

Então, as ações afirmativas para a educação fazem parte das políticas públicas de inclusão de parte da população que tem seus direitos fragilizados em função de sua condição social.

A partir de 2013, iniciou-se, no IFMG, a implementação das ações afirmativas para os cursos técnicos e superiores. Metade das vagas foi oferecida para atender a estudantes provenientes de escolas públicas, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, autodeclarado preto, pardo ou indígena. Essa implantação das ações afirmativas foi conduzida de maneira desafiadora, com grande falta de informação.

Um ponto que chamou atenção durante a pesquisa foi a indefinição do que é ser "pardo" para sociedade em geral, pois há mal entendidos a respeito dessa designação, o que dificulta o preenchimento dos documentos para ingresso no programa de cotas e mesmo para quem analisa todo o processo de ingressos desses estudantes. O IBGE diz que deve ser autodeclaração para não correr o risco de passar a ideia de segregação ou perseguição.

As Comissões de Heteroidentificação das universidades ou institutos federais, recomendadas por estudos ligados à educação, compõem uma banca avaliadora que julga os candidatos que utilizam a autodeclaração para concorrer às vagas destinadas a pretos e pardos. Isso gera um problema em sua essência, pois é contraditório negar uma autodeclaração, uma vez que é intrínseco ao sujeito a sua própria identificação. Afinal, como um terceiro pode julgar como um indivíduo se vê ou se considera? Nesse sentido, Vaz (2018) afirma que:

> na realidade brasileira, em virtude do processo de miscigenação — impulsionado pelo estupro colonial e pela política de embranquecimento da população —, a categoria pardo é o ponto de maior discussão entre pesquisadores e movimentos sociais. Há estudiosos que entendem que os pardos estariam situados em posição intermediária entre os pretos e os brancos. Isso porque os pardos sofreriam menos discriminação racial do que os pretos, embora ambos estejam classificados na categoria negro, segundo o critério raça/cor estabelecido pelo IBGE (VAZ, 2018, p. 39).

Algumas vezes, os estudantes se inscrevem como "pardos", mas nem sempre passam no crivo das comissões de heteroidentificação e por desconhecimento do que é aceito como "pardo", perdem a vaga. Em contrapartida, não há um protocolo transparente e cada comissão adota critérios subjetivos de julgamento sobre a autodeclaração de cada candidato.

Para Silva Filho (2014, p. 51), desigualdades no Brasil têm um caráter complexo; são, ao mesmo tempo, desigualdades de classe, de cor de pele, de gênero e de região geográfica. Um exemplo é a região onde se localiza o *campus* do IFMG-SJE. Esta não se caracteriza por uma quantidade grande de "pretos", sobressaindo mais os "pardos", o que caracteriza também uma inclusão por classe social e não só por raça.

Conforme Instruções Normativas do IFMG, nos anos pesquisados (2013 e 2014), eram publicados, no início do ano letivo, os editais para concessão dos benefícios de critérios socioeconômicos, sendo eles: moradia, alimentação, atividade, transporte e creche.

O benefício de moradia compreendia a concessão de alojamento ou auxílio financeiro para moradia na cidade de São João Evangelista – MG, que previa atendimento mínimo de 10% do número de estudantes matriculados, com o pagamento de 12 parcelas anuais.

O benefício de Alimentação referia-se à concessão de todas as refeições (café da manhã, almoço e jantar) gratuitamente no restaurante do *campus* durante todo o período do curso. Para estudantes não bolsistas, as refeições eram/são subsidiadas pelo *campus*, cobrando um valor menor por refeição.

No auxílio atividade, os estudantes selecionados realizavam atividades de seu interesse, em consonância com as necessidades da instituição, e relacionadas ao curso em que o estudante estivesse matriculado. A carga horária estipulada era de 10 horas/semanais, correspondendo a até 10 parcelas/ano do auxílio.

O Auxílio-transporte era destinado aos estudantes dos municípios limítrofes de São João Evangelista que se deslocavam, diariamente, para o *campus*, sendo o pagamento de 10 parcelas/ano.

O auxílio-creche tratava-se de apoio financeiro concedido aos estudantes regularmente matriculados que tinham filhos de até 6 anos e que atendiam aos critérios socioeconômicos, com pagamento de 10 parcelas/ano.

Como ação pedagógica no *campus* IFMG-SJE, foi oferecido aos estudantes do 1º ano dos cursos técnicos o Programa de Nivelamento, com o objetivo de atender às exigências legais e às necessidades de suprir a defasagem de aprendizagem na disciplina de Matemática.

A escolha da disciplina de Matemática deu-se em função do histórico de defasagem de aprendizagem apresentada pelos estudantes ingressantes dos cursos técnicos que impactava as disciplinas afins, tais como Física, Química, Topografia, Empreendedorismo, entre outras.

O planejamento e a execução do Projeto de Nivelamento iniciaram-se em 2012 e tem sido oferecido no primeiro semestre de cada ano letivo.

A Equipe Pedagógica do *campus,* juntamente aos professores das turmas e estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática, seleciona os estudantes participantes a partir de uma avaliação diagnóstica, organizam as turmas por nível de dificuldade, tendo como base o planejamento de ensino do professor da disciplina, o trabalho é realizado em horário extraclasse.

As atividades, bem como a aprendizagem dos estudantes, são avaliadas periodicamente a fim de serem realizadas as intervenções necessárias.

O ponto positivo deste projeto é a oportunidade que é dada aos estudantes de permanecerem no curso, superando as dificuldades iniciais, e o ponto negativo é que a participação dos estudantes, até o final das atividades, é insatisfatória, visto que cerca de 40% dos selecionados não completam as atividades alegando sobrecarga de tarefas diárias.

3 CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresentada nesta dissertação orientou-se com base em abordagem de investigação qualitativa. O foco principal da pesquisa qualitativa é investigar questões que não podem ser mensuradas, ou seja, conforme Minayo (2010, p. 21), "trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". Essa autora também deixa claro que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem; ao contrário, esses dados se complementam, pois a realidade que eles abrangem exclui a dicotomia e interage dinamicamente. Isso nos faz entender que a utilização de dados quantitativos pode complementar a pesquisa qualitativa.

Para Creswell (2010, p. 43), a abordagem qualitativa é considerada "um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano". Desenvolvendo uma perspectiva similar, Denzin e Lincoln (2006) entendem que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos diante dos significados que as pessoas a eles conferem.

A pesquisa apresentada nesta dissertação foi desenvolvida no âmbito do *campus* São João Evangelista, do IFMG, tendo como população de estudo os estudantes do curso Técnico Integrado em Agropecuária ingressantes no período de 2013 a 2014 por meio de ações afirmativas. Nesse universo, 50% das vagas reservadas para ação afirmativa foram preenchidas por meio de processo seletivo, seguindo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas pelo candidato e de acordo com o grupo de cota (AF1A, AF1B, AF2A, AF2B) escolhido de forma opcional por candidato. Os demais 50% foram designados Ampla Concorrência (AC).

A designação dada pelo IFMG, ao implantar as cotas nos *campus*, foram as seguintes:

- AF1A – candidato egresso de escola pública, com RFP inferior ou igual a 1,5 SM e que tenha se autodeclarado preto ou pardo ou indígena;
- AF1B – candidato egresso de escola pública, com RFP inferior ou igual a 1,5 SM e que **não** tenha se autodeclarado preto ou pardo ou indígena;
- AF2A – candidato egresso de escola pública, com RFP superior a 1,5 SM e que tenha se autodeclarado preto ou pardo ou indígena;
- AF2B – candidato egresso de escola pública, com RFP superior a 1,5 e que **não** tenha se autodeclarado preto ou pardo ou indígena;
- AC – candidato da Ampla Concorrência e candidato que tenha optado pela Lei de Cotas, mas que não tenha sido selecionado nas vagas de Ação Afirmativa, de acordo com as notas obtidas pelo candidato. (IFMG, 2012).

O recorte temporal utilizado abrangeu os anos de 2013 e 2014, conforme já exposto, quando se iniciou o ingresso de estudantes por meio de cotas no IFMG-SJE. Com o período escolhido, buscou-se identificar o número de estudantes que concluíram o Curso Técnico

Integrado em Agropecuária em tempo regular e/ou com retenções, além dos estudantes que dele evadiram. Esse recorte temporal foi escolhido por ter sido os dois primeiros anos de implementação das cotas no IFMG.

O Curso Técnico Integrado em Agropecuária, historicamente, recebe os estudantes que, em sua grande maioria, são provenientes de zona rural, filhos de agricultores familiares que vêm para ficar no alojamento por não terem condições financeiras para arcar com as despesas de alimentação e moradia durante o curso.

A coleta de dados foi feita com base em informações registradas em documentos internos do *campus*. Selecionaram-se informações, principalmente, relativas aos dados existentes no Setor de Serviço Social do *campus* São João Evangelista, onde são feitas todas as análises socioeconômicas dos que têm interesse em pleitear auxílios divulgados em editais do *campus* e/ou da reitoria do IFMG. Em seguida, foram pesquisados dados da Comissão Interna de Seleção, antiga Comissão Permanente de Vestibular (COPEVES) e da Coordenação de Registro Escolar (CRE).

Os colaboradores da pesquisa foram 70 estudantes ingressantes por ação afirmativa nos anos de 2013 e 2014, do curso Técnico Integrado em Agropecuária, beneficiados ou não com os auxílios socioeconômicos disponibilizados pelo IFMG, conforme Portaria Normativa nº 01/2013, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), baseada no PNAES, visto que essas políticas foram adotadas a partir de 2013 no IFMG.

Também foram utilizados dois questionários. 1 (um) contendo 15 (quinze) questões respondidas por 39 estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, ingressantes, por meio do Programa de Ação Afirmativa, das turmas de 2013 e 2014, com e sem apoio do PAE que concluíram o curso. O segundo questionário, contendo duas perguntas complementares, foi enviado aos 33 estudantes que responderam, de forma afirmativa, à questão de número 01 do primeiro questionário.

O primeiro instrumento foi composto de 14 (quatorze) questões objetivas e 1 (uma) aberta, com considerações sobre o Programa de Assistência Estudantil: a utilização do recurso financeiro; os auxílios recebidos; as estratégias utilizadas para se manter no *campus*; a atuação profissional e a continuação dos estudos.

O segundo instrumento continha 02 questões objetivas nas quais era pedido, também, que o estudante justificasse sua resposta.

A única informação pessoal que o estudante forneceu para sua identificação foi o *e-mail*.

As questões abordadas nos questionários foram analisadas individualmente de acordo com 4 blocos de análise: a caracterização do público alvo; o conhecimento e o acesso ao PAE — outras estratégias para se manter no *campus*; o que fazem na atualmente; e sobre a importância do PAE.

A análise dos dados foi realizada de modo a obter respostas que respondessem ao objetivo geral e permitissem analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, considerando as turmas que ingressaram no IFMG-SJE nos anos de 2013 e 2014 por ação afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

4 CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados obtidos no questionário aplicado aos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, das turmas de 2013 e 2014, com e sem apoio do PAE.

A respeito dos 70 estudantes ingressantes por meio de AA em 2013 e 2014, somente 39 permaneceram no curso até a formatura, e estes foram convidados a responder ao questionário que foi enviado via *e-mail*, *WhatsApp*, *Facebook*, por telefone, por meio de colegas da turma que mantinham contato pelas redes sociais, com um retorno de 100% dos questionários.

Aos desistentes não foi aplicado questionário. De acordo com levantamento feito na CRE, não foi possível saber com precisão todos os motivos que os levaram a desistir do curso, pois somente se passou a cobrar uma justificativa a partir de meados de 2016. A respeito dos 31 estudantes ingressantes por PAA desistentes (levando-se em conta os anos de 2013 e 2014), foram levantadas as seguintes situações: pediram transferência para escola em seu município de origem), não iniciaram o curso, não renovaram matrícula, certificação via Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) e proficiência no Enem.

A partir de 2016, a CRE começou a registrar os motivos pelos quais os estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária deixaram o curso. No Quadro 3, foram categorizados os principais motivos dessa evasão[7].

Quadro 1: principais motivos de evasão a partir de 2016 registrados pela CRE

Categoria	Motivos
Alojamento	Indisponibilidade de vaga de alojamento, principalmente feminino. Acessibilidade, regras rígidas.
Rendimento escolar e retenção	Reprovação, dificuldades com as disciplinas de exatas, cansaço, desinteresse em estudar, irresponsabilidade do estudante com o curso, querer estudar em um só horário, reprovação no ano anterior.
Adaptação	Desmotivação, regras rígidas da instituição, não adaptação ao curso, não adaptação à

7 Mesmo este não sendo o foco desta pesquisa, entende-se importante essa verificação, vista a possibilidade de algumas terem também ocorrido entre os anos de 2013 e 2014, podendo ser utilizadas como referências.

	escola, carga horária excessiva, horário integral, distância dos familiares.
Categoria	Motivos
Rapidez na conclusão do Ensino Médio	Certificação por Enem, CESEC.
Saúde	Depressão.
Outros motivos	Trabalho, emprego, fazer um curso noturno, situações pessoais/particulares.

Fonte: dados da pesquisa (2018) a partir de informações da CRE.

Para facilitar a apresentação dos dados obtidos em cada resposta do questionário, foram utilizadas figuras, gráficos, quadros e tabelas, tendo em vista propiciar maior compreensão dos dados apresentados.

4.1 Perfil dos estudantes consultados no IFMG–SJE

A partir das análises realizadas ao longo do período de atuação da pesquisadora na instituição, constatou-se que o núcleo familiar dos estudantes que optam por estudar no IFMG–SJE é composto por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em sua maioria, os estudantes advêm de famílias onde os pais são trabalhadores rurais que projetam a esperança de uma vida melhor para seus filhos a partir da entrada em uma Instituição Federal com formação técnica reconhecida em toda região. Eles acreditam que a inserção de seus filhos no *campus* garantirá melhoria da condição de vida.

Visando proporcionar maior agilidade no processo de adaptação ao *campus*, para atendimento desses estudantes, já no início do ano, durante o período de matrículas, é divulgado edital para seleção de moradores para os alojamentos feminino e masculino.

Todos os estudantes que fazem matrícula na CRE recebem uma lista (*check list*) com todos os locais do *campus* em que os pais e estudantes devem passar, e um desses lugares é a sala do Setor de Serviço Social, integrado à Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), setor responsável pela assistência estudantil no *campus* IFMG-SJE. O local abriga computadores para acesso à internet e todo o suporte e informações necessárias para se candidatarem a uma vaga nos alojamentos feminino ou masculino. É um fluxo simples, mas já se mostrou eficaz e é também uma oportunidade para o setor conhecer os estudantes antes do início das aulas.

Esses adolescentes deixam suas famílias muito jovens, apesar de estarem na idade certa para ingresso no Ensino Médio/Técnico, faixa etária entre 14 e 17 anos, permanecendo longe da presença física dos pais e passando a ter responsabilidades exigidas a adultos, por morarem sozinhos em uma cidade desconhecida.

Além desse desafio, vale considerar que muitos desses estudantes enfrentam a falta de conhecimento mínimo de informática, pois residem em zona rural, sem acesso a computadores e/ou internet, passando a dividir quarto, a conviver com pessoas desconhecidas, a ter contato com ensino integral, no qual surge a necessidade de adequação e administração do tempo, devido ao número elevado de disciplinas em comparação à escola de origem.

A distância entre a cidade de origem e o *campus* é também um fator de fragilidade, devido à imaturidade apresentada no ato da matrícula e a dificuldade de saber lidar com a

liberdade de estar sozinho, teoricamente, longe dos pais. Os pais desses estudantes têm profissões/ocupações, em sua maioria, conforme define Pastore (1979), de "baixo status social", e carregam, até hoje, o preconceito de classe arraigado na sociedade.

Os familiares desses estudantes demonstram, conforme Pastore (1979), que a tabela de "estratos ocupacionais, valores médios e ocupações representativas" é um instrumental de trabalho que nos aproxima mais de uma leitura socioeconômica, pois combina as variáveis "escolaridade, ocupação e rendimento" para a construção de um índice socioeconômico que melhor dispõe a posição ocupacional das pessoas em estratos sócio-ocupacionais. A pesquisa verificou que as profissões dos pais dos estudantes que acessaram o direito de ingresso por meio de cotas são de baixo a médio *status* social, sem apresentar profissão considerada de nível social alto.

Pastore (1979) traz agrupamentos com 6 estratos (do Baixo-inferior ao Alto), utilizados para medirem as diferenças de posição socioeconômica. Porém, por meio de outros indicadores, apresentam, ainda, outras dicotomias existentes entre as ocupações manuais/não manuais e rural/urbano, o que enriquece e aprofunda essa questão não baseando-a, apenas, no rendimento obtido pelo profissional no mercado de trabalho. Segundo Silva (2001, p. 16), os comentários de Pastore (1979) sobre dados, analisados em 1973 referentes à base da pirâmide social brasileira e suas transformações, ainda se apresentam atualizados. Para o autor:

> fica clara a existência de uma extensa movimentação na base da pirâmide social brasileira que, por sua vez, vem associada às transformações ocorridas no mercado de trabalho agrícola e aos intensos fluxos migratórios nos últimos 50 anos... Os movimentos de ascensão social dos estratos que compõem a 'classe média' assumiram proporções menores, porém, não desprezíveis. Quando se considera que para os filhos da 'classe média' havia bem menos espaço social para percorrer, a mobilidade verificada é bastante significativa para os três estratos médios (SILVA, 2001, p. 16 *apud* PASTORE, 1979).

Os arquivos das avaliações socioeconômicas realizadas pelo Serviço Social do *campus*, confirmam que os estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, em sua maioria, possuem pais que trabalham na "roça", pequenos agricultores, trabalhadores rurais, trabalhadores formais e informais com renda familiar de um salário mínimo, além de outros que são servidores públicos (servidores das redes municipais e estaduais de ensino), com renda *per capita* média abaixo de 1,5 salário mínimo. Foi identificado o total de 16 famílias monoparentais[8], desse montante, 14 possuem, como arrimo de família, somente as mães e 02 famílias são mantidas somente pelos pais.

Dentre as ocupações dos pais, mães e ou responsáveis pelos ingressantes, uma se destaca: a de trabalhador rural/lavrador, com 54,16%, de professores de escolas estaduais/municipais, com 15%, destacando, também, que 20,83% são donas de casa, conforme Quadro 4.

8 A família monoparental, por exemplo, é uma das constituições familiares que vai de encontro à hegemonia do modelo nuclear, pois sinaliza, em sua estrutura, a inexistência de um relacionamento conjugal cotidiano. Desse modo, é, por excelência, um grupo familiar de mães ou pais solteiros que assumem os encargos dos cuidados da prole. (SOUSA, 2008, p. 38).

Quadro 2: ocupação dos pais de todos os estudantes ingressantes por meio de Ação Afirmativa nas turmas de 2013 e 2014

Ocupação			
Pai	**No.**	**Mãe**	**No.**
Aposentado	02	Assistente administrativo	1
Assistente ambiental	01	Autônoma	1
Ausente	14	Ausente	2
Autônomo	01	Auxiliar de enfermagem	2
Auxiliar de produção	01	Auxiliar de limpeza	5
Auxiliar de serv. Gerais.	02	Costureira	1
Desempregado	02	Desempregada	3
Empregados com CTPS	06	Dona de casa	13
Lanterneiro	01	Empregada domestica	1
Falecido	01	Faxineira	3
Lavrador/Trabalhador rural	22	Trabalhadora rural/lavradora	16
Motorista	03	Serv. público/Serviços gerais	9
Microempreendedor	01	Professora	10
Motorista	04	Microempreendedora	1
Pedreiro/pintor	06	Vendedora	1
Produtor rural	02	Trabalhador informal	1
Professor	01	–	-
Total	**70**	**Total**	**70**

Fonte: elaborada pela pesquisadora, 2019.

Ao analisar a escolaridade dos pais dos estudantes pesquisados, Tabela 2, nota-se que 50% deles possuem somente Ensino Fundamental (completo e/ou incompleto). Destaca-se que a escolaridade das mães se apresenta maior que a escolaridade dos pais, sendo 26% com Ensino Médio e 19% com Graduação. Vale ressaltar que, conforme cenário nacional, segundo o IBGE (2016), no Brasil as mulheres têm maior escolarização que os homens.

Tabela 2: Escolaridade dos pais dos estudantes ingressantes por Ação Afirmativa das turmas 2013 e 2014

Escolaridade	Pais	Mães
Analfabetos	07	04
Ensino fundamental (completo e incompleto)	36	31
Ensino médio	09	18
Graduação	03	14
Pós-graduação (especialização)	-	01
Ausentes	15	2
Total	**70**	**70**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Percebe-se que, para esses estudantes que vêm de famílias cuja escolaridade é muito baixa, com ocupações consideradas de baixo *status* social, estar em uma instituição considerada referência de ensino na região é, para eles, o

> […] rompimento de um ciclo de exclusão educacional e social de famílias que não tiveram a oportunidade ou a possibilidade real de galgar mais anos de estudo, de acessar melhores postos de trabalho, fato comprovado pela renda familiar, que se demonstrou muito baixa, e com certeza determinada pela baixa escolaridade dos pais (ARANTES, 2015. p. 57).

Com a pretensão de conhecer a renda *per capita* do grupo familiar dos estudantes, a Tabela 3 demonstra as rendas familiares, em faixas salarias baseadas nos salários mínimos vigentes nos anos de 2013 e 2014. A grande maioria está na faixa de até meio salário mínimo *per capita,* o que consiste em famílias com rendas muito baixas, público de programas sociais, como Bolsa Família.

Tabela 3: Renda *per capita* do grupo familiar dos estudantes ingressantes no Curso Técnico Integrado em Agropecuária (2013 e 2014)

Renda per capita	2013	2014
Até 0,5 salário mínimo	21	30
0,5 até 1 salário mínimo	8	07
1 a 1,5 salário mínimo	02	02
Total	**31**	**39**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019. A renda *per capita* foi calculada utilizando o salário mínimo dos anos de 2013 e 2014, respectivamente.

O cenário revela que, segundo Arantes (2015, p. 72), "essas famílias possivelmente não teriam condições financeiras de arcar com a formação dos filhos se não fosse a educação gratuita oferecida pelo Instituto".

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE, 2019), em todo o país, 23,5% dos estudantes estão concentrados na faixa de renda mensal bruta do grupo familiar "Mais de 1 a 2 SM", percentual variando de acordo com as regiões do país. Sendo os estudantes pesquisados no IFMG-SJE os que mais aproximam-se da realidade das regiões Norte e Nordeste, 31,7% e 28,2% respectivamente.

A V Pesquisa (FONAPRACE, 2019, p. 65) ainda afirma que, a respeito dos estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", mais de ¾ situa-se na faixa "Até 1 SM" e cerca de ¼ na faixa "Até meio SM". Com o olhar voltado para a série histórica, atingiu-se, em 2018, o maior patamar, em termos percentuais, de estudantes com o perfil do público-alvo do PNAES.

4.1.1 Comparação entre as notas de cotistas e não cotistas

A nota de cotistas e não cotistas é um tema amplamente debatido por toda a comunidade acadêmica. Frequentemente, levantam-se questionamentos quanto ao rendimento escolar traduzido em notas de diversas disciplinas escolares dos alunos de AA e AC. Contudo, muitos estudos dizem que ingressantes por ação afirmativa terminam de igual para igual com os não cotistas, não havendo uma diferença expressiva.

O estudo realizado por Velloso (2009, p. 642), em comparação às médias das notas de dois grupos de alunos em cada carreira, cotistas e não cotistas, considerando-se o nível de prestígio social do curso e sua área do conhecimento do vestibular – Humanidades, Ciências e Saúde – de acordo com os resultados discutidos, revela que correções como as almejadas terão êxito sem qualquer prejuízo para o padrão acadêmico da universidade, a despeito do que vem sendo afirmado por muitos dos críticos da reserva de vagas.

A questão das notas de ingresso é motivo para discussão, não somente no IFMG-SJE, mas no país como um todo. As avaliações acadêmicas, ainda, na maioria das instituições de ensino, utilizam as notas como meio de verificação da aprendizagem. Críticos e parte da sociedade que se sente prejudicada pela política de cotas utilizam-se do argumento de que cotistas apresentam rendimento inferior ao dos não cotistas, causando diminuição na qualidade do ensino como um todo. Para Beraldo e Magrone (2012),

> tornou-se senso comum que alunos são aprovados quando tem notas boas, ou suficientes, e reprovados quando ocorre o contrário. É do senso comum esta vinculação entre mérito e sua "quantificação", mesmo grosseira: a nota. Assim, para o senso comum é uma inversão, um absurdo incompreensível esta situação provocada pelo sistema de cotas, em que um candidato com notas inferiores "passa na frente" de outro melhor preparado, que tenha sofrido um ano inteiro, no mínimo, estudando dia e noite, sem o lazer tão valorizado nesta faixa da vida. É injusto (BERALDO; MAGRONE, 2012, p. 102).

A prova para seleção, no período 2013 e 2014, era composta por (40) quarenta questões com (4) quatro alternativas cada uma, com objetivo de avaliar as competências e habilidades desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental e possuía caráter classificatório e eliminatório. Cada questão possuía o valor de 01 (um) ponto, totalizando 40 (quarenta) pontos.

As questões eram distribuídas de acordo com as áreas dos saberes como: Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa e Literatura, Língua Estrangeira (Inglês)); Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas (História, Geografia).

As notas obtidas no Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados do ano de 2013 (Edital nº027/2012) e do ano de 2014 (Edital nº167/2013) pelos estudantes que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escolas públicas (EP), para ingresso no Curso Técnico Integrado em Agropecuária, variaram entre 8 a 25 pontos, conforme Tabela 4, o que

gerou desconfiança de alguns servidores/professores por serem consideradas notas abaixo da média.

Tabela 4: Notas obtidas pelos estudantes nos processos seletivos para ingresso das turmas 2013 e 2014 no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista

Notas	AA (cotistas)	AC (não cotistas)
6-10	4	-
13-18	25	15
19-24	21	37
20-24	4	5
25-29	17	8
30-32	3	4
33-37	4	6

Fonte: Dados CRE e Comissão Interna de Seleção – Anos: 2013 e 2014.

Vale destacar, nesse momento, que, ao final do curso, ao se analisarem as notas finais dos alunos cotistas, tão comentadas pelos servidores do *campus*, e mesmo por pais que tiveram seus filhos com notas maiores e não foram chamados no processo seletivo, quando do ingresso dos primeiros cotistas são maiores do que as dos estudantes que ingressaram por ampla concorrência. Isso comprova que os pressupostos de grande parcela da comunidade escolar, relativos ao fato de que cotistas contribuíam para a queda da qualidade de ensino, não são verdadeiros, já que, por apresentarem melhor rendimento escolar, os cotistas contribuíram para melhorar o nível do ensino nesse período.

Quanto às previsões de uma possível queda do padrão de ensino, a partir do Coeficiente de Rendimentos dos 41[9] formandos das turmas ingressantes, demonstraram-se rendimentos maiores de alunos cotistas, sendo em 2013 (AA=79,29 e AC=75,00), e em 2014 (AA=72,40 e AC=71,56).

O coeficiente de rendimento é regulamentado pela Resolução n. 46, de 17 de dezembro de 2018 – IFMG (2018), que considera como peso a carga horária das respectivas disciplinas, caracterizando o Coeficiente de Rendimento Global, obtido pela fórmula:

$$\frac{\sum[(\text{nota da disciplina}) \times (\text{carga horária})]}{\sum(\text{carga horária total do curso})}$$

9 41 é o número de estudantes formandos nos anos 2015 e 2016. Difere do número de 39 estudantes que ingressaram em 2013 e 2014 que chegaram a concluir o curso porque 02 alunos de anos anteriores (retidos) formaram juntos.

4.2 O Programa de Assistência Estudantil do campus IFMG-SJE na visão de seus usuários

O questionário composto por 15 questões sobre o Programa de Assistência Estudantil foi aplicado, sendo respondidos em sua totalidade. A questão número 1 delas perguntava sobre o acesso ao PAE. 15% disseram que não tiveram acesso ao PAE e 85% tiveram acesso ao PAE. De acordo com os arquivos internos do Setor de Serviço Social, os 85% respondentes obtiveram benefícios da categoria socioeconômica.

A questão 4 perguntou se o estudante conhecia do Programa de Assistência Estudantil. 90% responderam que sim e 10% responderam que não tinham conhecimento do Programa.

Na questão 7, foram perguntados sobre os editais publicados sobre os auxílios, se foram de fácil interpretação. Destes, 82% consideraram os editais de fácil interpretação, 13% disseram não, 12% deixaram em branco e 3% disseram não saber.

A questão 8 pedia uma avaliação do trabalho de divulgação do PAE, em que 46% consideram bom, 33% como Muito bom, 16% excelente e 5% como regular, dando a possibilidade de observar que 62% dos participantes disseram que a divulgação do Programa de Assistência Estudantil foi eficaz. Continuando a análise das respostas do questionário, optou-se por demonstrá-las em forma de figuras.

Quanto ao processo de seleção de bolsistas, este foi eficaz para 63% dos estudantes que responderam o questionário, contra 32% que responderam às vezes e 5% disseram que o processo de seleção de bolsistas do Programa de Assistência Estudantil não foi eficaz. Essa pergunta foi respondia por 38 estudantes e um deixou de respondê-la, segundo Figura 8.

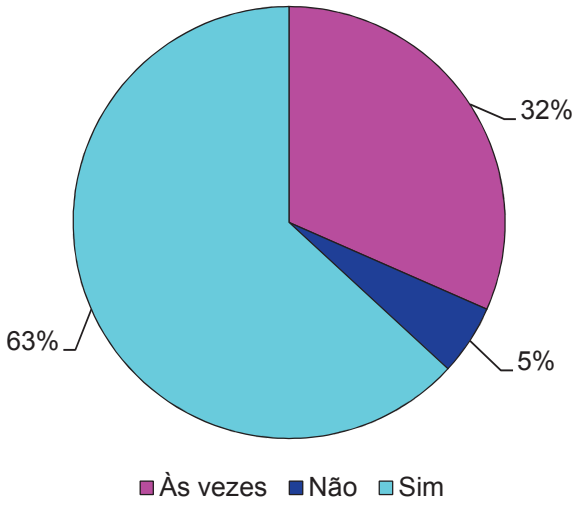

Figura 8. Eficácia da etapa de seleção de bolsistas de acordo com os respondentes do questionário.
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Em relação aos 39 estudantes participantes da pesquisa, houve uma predominância do gênero masculino, correspondendo a 59% em relação a 41% do gênero feminino. Como demonstrado na Figura 9.

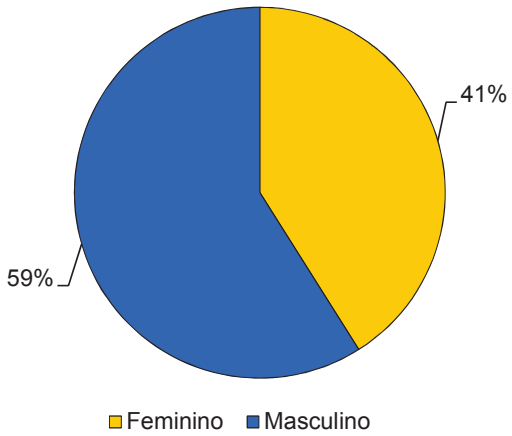

Figura 9: Classificação dos entrevistados por gênero
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Tal situação não vem ocorrendo na maioria da Educação Profissional e nos cursos de Graduação no país, pois, conforme dados do Censo Escolar de 2018, realizado pelo INEP, há a predominância das mulheres em todas as faixas etárias, com exceção dos alunos com mais de 60 anos. Conforme a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE, 2019), a população do sexo feminino continua crescendo. Em 1996, esse público representava 51,4% do universo estudantil das IFES. Em 2018, representa 54,6% do total.

No entanto, contrariando as estatísticas nacionais, o *campus* IFMG-SJE aponta que a formação técnica em agropecuária ainda retrata uma prerrogativa masculina. A parcela feminina ainda apresenta-se inferior, em torno de 18% em relação aos concluintes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária dos anos de 2013 e 2014, conforme as respostas inseridas no questionário aplicado.

O motivo de contrariar as estatísticas nacionais pode ser por ainda não ser uma região com um deficit de tecnologia aplicada aos pequenos agricultores, o que, culturalmente, ainda se usa a força bruta e exigência de maior esforço físico.

A questão 3 do questionário perguntava a idade com que ingressaram no *campus*, o que demonstrou uma faixa etária de 14 a 17 anos, idade dentro da faixa etária regular para ingresso no Ensino Médio/Técnico.

‘’De acordo com as respostas, 74% dos estudantes não tiveram dificuldades ao solicitar auxílios do Programa de Assistência Estudantil disponíveis no *campus*, já 16% disseram que às vezes tinham dificuldades, outros 5% não opinaram e 5% informaram que tiveram dificuldades, segundo Figura 10.

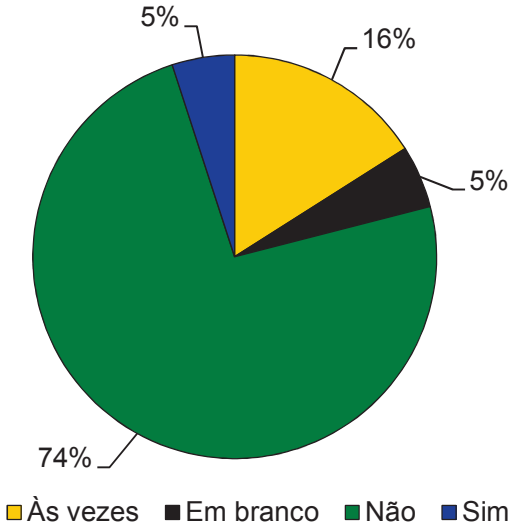

Figura 10: Dificuldade ao solicitar auxílios do Programa de Assistência Estudantil disponível no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista.
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

A respeito dos auxílios ofertados pela categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil que foram considerados de grande importância para permanência do estudante no *campus,* tiveram destaque o auxílio alimentação, com 39%, e o auxílio moradia, com 36%. Com menos destaque, foram vistos o auxílio atividade, com 15%, e o auxílio-transporte, com 5%, observando-se que 5% não opinaram (Figura 11).

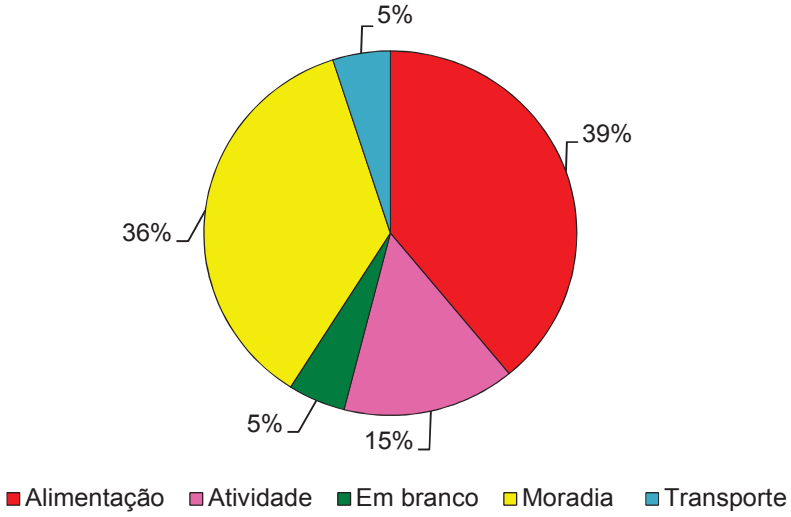

Figura 11: Auxílios oferecidos pela categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil considerados essenciais para permanência do estudante no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Conforme Quadro 5, os recursos financeiros repassados para os estudantes, em sua conta corrente, por meio do Programa de Assistência Estudantil, foram utilizados principalmente para alimentação, perfazendo um total de 44%, seguido por pagamento de aluguel (república, pensão ou outros), com 23%, material escolar, com 10%, e o restante em viagens (normalmente para casa nos finais de semana), ajudar os pais, reprografia, uso pessoal.

Quadro 3: Utilização do recurso financeiro recebido pelo Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista

Utilização do recurso	***Score (%)***
Ajudar os pais	**3**
Alimentação	**44**
Material escolar	**10**
Não recebia	**5**
Pagamento aluguel (ex: república, pensão)	**23**
Reprografia	**8**
Transporte	**3**
Uso pessoal	**2**
Viagens	**2**
Total	**100**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

A administração do recurso repassado aos bolsistas é de sua total autonomia, por isso os repasses são efetuados diretamente na conta bancária do próprio estudante.

A resposta dos estudantes sobre o questionamento da validade do PAE confirma a relevância do Programa de Assistência Estudantil para o sucesso destes na conclusão dos seus estudos como uma estratégia governamental, no sentido de contribuir para a elevação dos índices de escolaridade dos sujeitos, contribuindo para bom desempenho da economia, como respostas aos interesses do capital, conforme pensada pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial.

Dos 39 alunos entrevistados, 33 tiveram acesso a algum tipo de benefício. Destes, 27 responderam, de forma afirmativa, que o PAE foi significativo com um grau de muito importante para a permanência e conclusão do curso. Os demais (08 estudantes) não responderam a essa parte do questionário complementar (segundo instrumento).

Para se manterem estudando no IFMG-SJE, além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil, 87% responderam que dependeram do auxílio dos pais, 10% utilizaram-se de venda de algum produto e 3% não responderam, conforme Figura 12.

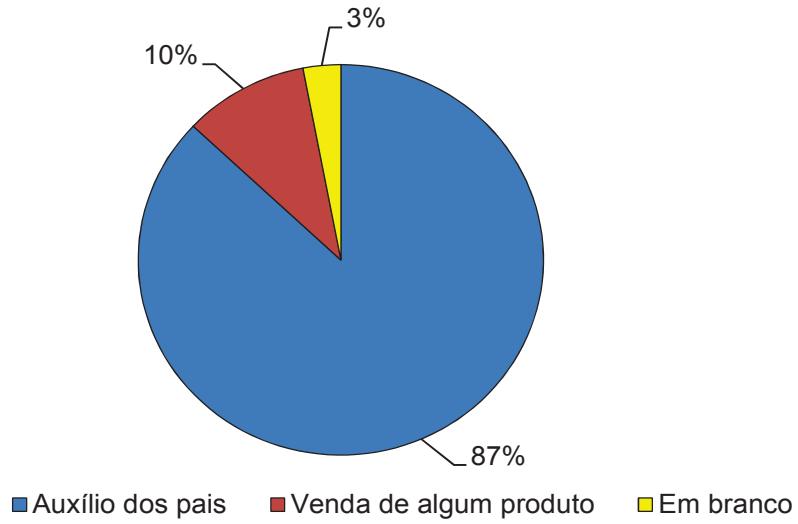

Figura 12: Estratégias utilizadas pelos estudantes para permanência no Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

A Assistência Estudantil no *campus* do IFMG-SJE busca ampliar as condições de permanência do estudante, na perspectiva apontada por Vasconcelos (2010). Essa política

> […] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010, p. 609).

A Figura 13 demonstra que 59% dos respondentes continuam os estudos, 26% trabalham em outras atividades, mas fora da área de formação, 10% não trabalham nem estudam e 5% trabalham na área de formação (Técnico em Agropecuária). A preocupação com uma educação continuada se mostra evidenciada na quantidade de pessoas que continuam seus estudos em universidades públicas ou privadas. Esse dado também aponta para a importância da atuação dos IF, sobretudo em cidades do interior do país, para a formação de jovens, com oferta de educação de *melhor qualidade* (grifo nosso), em que a qualidade do ensino das escolas federais se reflete em maior orçamento financeiro e atuação profissional de mestres e doutores, em sua maioria, isto em comparação às demais escolas

públicas do país. Por outro lado, demonstra, também, a preocupação dos egressos quanto à empregabilidade e à formação acadêmica.

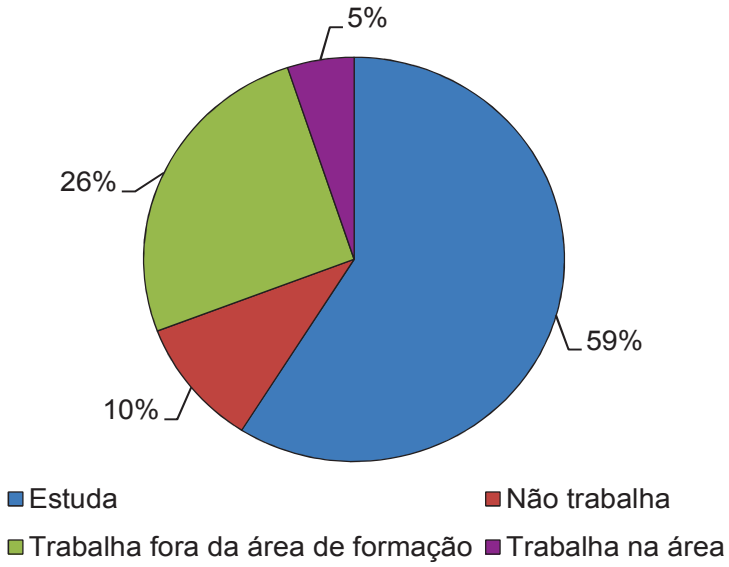

Figura 13: Ocupação atual dos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Esses dados apontam para uma questão alarmante: o alto investimento para formação tecnológica para além do Ensino Médio, muitas vezes não traz retorno social. Dos 70 ingressantes por Ação Afirmativa, somente 39 estudantes concluíram o curso, ou seja, 55,71%. E o mais agravante é que apenas 5% dos concluintes, ou seja, dois egressos, trabalham na área de formação. Considerando-se o número inicial de ingressantes, apenas 2,86% atuam na área em que se formaram. Esses dados não consideram os ingressantes por ampla concorrência.

Conforme Figura 14, dos entrevistados que trabalham, 91% atuam em empresas privadas e 9% em empresas públicas.

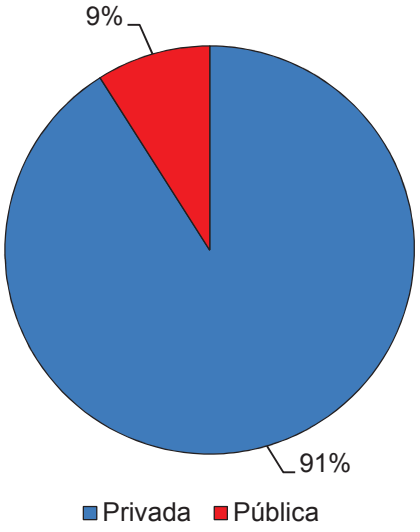

Figura 14: Tipos de empresa de atuação dos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista.
Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

4.3 Índice de permanência dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE

Para elaboração do índice de permanência, considerou-se o número de estudantes ingressantes por meio de Ação Afirmativa dos anos de 2013 e 2014 e o número de concluintes ao final dos três anos regulares de curso, sendo o resultado expresso em porcentagem, considerando as respectivas conclusões em 2015 e 2016. Foi elaborada uma planilha no programa Excel 2010 BR, fazendo um levantamento desde o ingresso do estudante até o ano de sua conclusão, verificando se ele recebeu ou não algum benefício do programa de assistência estudantil.

Esse levantamento foi feito a partir de análise de fontes internas do *campus*, coleta de dados da antiga Comissão Permanente de Vestibular (COPEVES), atualmente Comissão Interna de Seleção, observando-se que, de acordo com Gil (2008), a análise documental é uma técnica de coleta de dados feita de forma indireta, em que as informações são obtidas por meio de documentos, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos dentre outros.

A análise documental se caracteriza pela pesquisa "[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (GIL, 2008, p. 45). Em suas reflexões acerca desse tipo de análise, Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009, p. 2) evidenciam que a utilização de documentos em pesquisa precisa ser valorizada, pois a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Diante das reflexões desses estudiosos e das características realçadas, entendemos que esse tipo de análise daria conta de atender aos objetivos estabelecidos.

A pesquisa foi direcionada a todos os estudantes que entraram por Ação Afirmativa nos anos de 2013 e 2014, para que fosse possível apurar a quantidade de ingressantes e de concluintes. Os documentos arquivados no Serviço Social do *campus* foram fontes importantes da pesquisa para identificar os bolsistas do PAE e quais os benefícios recebidos por eles ao longo do curso.

O percentual de permanência dos estudantes ingressantes por meio do PAA em 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária é demonstrado na Tabela 5 e indica um número expressivo de evasão.

Tabela 5: Percentual de permanência dos estudantes ingressantes por meio do PAA em 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária IFMG-SJE

Ano	Permanência dos estudantes matriculados por PAA até o final do curso	Evasão

2013	55,17%	44,82%
2014	56,09%	43,90%
Total	55,63	44,27

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Ao analisar os concluintes, percebe-se que, em relação ao total de ingressantes nos anos 2013 e 2014, trinta e nove estudantes concluíram o curso, ou seja, 55,63 %, sendo 28 concluintes no tempo regular e 11 terminaram o curso depois de três anos. Esses dados comprovam o grande número de evadidos no curso técnico de agropecuária, 44,27%. Vale destacar que estudos sobre evasão escolar, que extrapolam o objetivo da pesquisa apresentada nesta dissertação, devam ser aprofundados para que possíveis soluções possam amenizar esse grave problema nessa instituição. Evasão escolar será abordada à frente.

Tabela 6: Histórico dos estudantes do Programa de Ação Afirmativa

Ano	Ingresso por AA	Estudantes concluintes do curso	Evasão	Receberam benefício socioeconômico do PNAES durante todo o curso	Não receberam benefício socioeconômico do PNAES durante todo o curso
2013	29	16	13	13	3
2014	41	23	18	18	5
Total	**70**	**39**	**31**	**31**	**8**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Do total de estudantes concluintes, 31 discentes receberam auxílio do PAE, 79,49% do tal concluinte. Oito alunos não receberam auxílio, 20,51%. Vale pontuar, nesse momento, que o não recebimento de bolsa por parte desses últimos ocorreu por indisponibilidade de recursos institucionais. Dos 8 alunos que não receberam auxilio, a totalidade solicitou recurso e não foi contemplado na avaliação socio econômica, mesmo sendo alunos carentes.

Muitos dos estudantes do *campus* têm renda *per capita* muito baixa e o recurso financeiro disponibilizado não consegue atender a todos que procuram, priorizando os de renda ainda mais baixa. Esse é um descompasso, pois todos que entraram por PAA deveriam ter acesso ao PAE para garantir sua permanência. Isso não ocorre devido à grande procura por benefícios no *campus,* pois mais de 80% do total de alunos requer auxílio da AE. Como mencionado na caracterização do perfil dos discentes, a quase totalidade deles advém de realidade socioeconômica desfavorecida.

Tabela 7: Histórico dos estudantes do Programa de Ação Afirmativa

Ano	Ingresso por AA	Estudantes concluintes do curso	Evasão	Receberam benefício socioeconômico do PNAES durante todo o curso	Não receberam benefício socioeconômico do PNAES durante todo o curso

2013	29	16	13	13	3
2014	41	23	18	18	5
Total	**70**	**39**	**31**	**31**	**8**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

4.4 Comparação do índice de permanência dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE por meio do PAA, com e sem apoio do PAE

O método comparativo foi empregado com o propósito de analisar, comparativamente, o índice de permanência entre os estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária que receberam ou não apoio do PAE. Observa-se que esse método é amplamente utilizado nas Ciências Sociais e procura investigar indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, visando ressaltar as diferenças e semelhanças entre eles. (GIL, 2008, p. 16).

Foi realizado o levantamento dos estudantes de Ação Afirmativa que receberam apoio da categoria de vulnerabilidade socioeconômica (alojamento, alimentação, creche, bolsa atividade e transporte) do PAE durante os três anos de curso. E estes foram comparados com os que não receberam nenhum benefício e também com os que receberam benefícios por um período, conforme Tabela 6 demonstrada anteriormente.

Para comparar o índice de permanência dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014 no Curso Técnico Integrado em Agropecuária, por meio de PAA, com e sem apoio do PAE, utilizaram-se as Tabelas 6 e 8 para uma melhor visualização dos dados.

A Tabela 8 demonstra o tempo em que os estudantes de Ação Afirmativa receberam apoio da categoria socioeconômica (alojamento, alimentação, creche, bolsa atividade, transporte) do PAE. Os que não receberam benefícios da categoria socioeconômica tinham alimentação subsidiada pelo *campus*.

Tabela 8: Tempo que os estudantes receberam os benefícios da categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil no período em que estavam no curso Técnico Integrado em Agropecuária

Ano	Quantos receberam durante os 3 anos	Quantos receberam só por 2 anos	Quantos receberam só por 1 ano	Não receberam nenhum benefício
2013	62,50 %	12,50%	18,75%	6,25
2014	56,52%	17,39%	4,35%	21,74%
Média Total	**59,51%**	**14,95%**	**11,55%**	**13,99%**

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Os recursos para PAE variam de acordo com a disponibilidade financeira do Governo Federal enviada para esse programa junto aos Institutos Federais. Esses valores variam a cada ano, além, também, de variar de acordo com a organização interna de cada Instituto na distribuição dos valores para cada *campus*. O perfil dos alunos do *campus* São João Evangelista é caracterizado pelos perfis de nível A e B demonstrando um número grande de

estudantes em situação de vulnerabilidade de acordo com a descrição dos perfis de A a E citados em item anterior desse trabalho.

Diante disso, infere-se que, caso os recursos fossem maiores, o número de atendimento por anos seria total.

4.5 Identificação das contribuições do PAE relativas às taxas de sucesso dos egressos do curso, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente

Considera-se como taxa de sucesso a permanência e conclusão do Curso Técnico Integrado em Agropecuária no tempo regular de 3 anos.

Tabela 9: Situação dos estudantes matriculados em 2013 e 2014

Situação	Anos			
	2013	**%**	**2014**	**%**
Ingressantes	31	100	41	100
Evadidos	05	16,12	07	17,07
Desistente	01	3,22	-	
Proficiência Enem	01	3,22	02	4,87
Proficiência CESEC	-		01	2,43
Não iniciaram o curso	03	9,67	-	
Transferência externa	05	16,12	08	19,51
Concluíram o curso em período				
Retidos/mas terminaram o curso em	02	9,67	09	21,95
Total	**31**		**41**	

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

O sucesso e fracasso escolar, em relação à evasão e abandono escolar, são temas muito debatidos na atualidade. O Trancamento, transferência, abandono, evasão, se reunidos, têm um mesmo significado — evasão, e são temas preocupantes para o bom andamento das Instituições de ensino.

Silva Filho e Lima Araújo (2017) trazem uma importante reflexão sobre o tema:

> […] para discorrer sobre o fracasso escolar dentro do contexto de evasão e abandono escolar, é necessário ter como eixo a compreensão de suas dimensionalidades dentro da educação brasileira, pois as causas se apresentam como desagregadoras da educação em todas as regiões do país. Suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de "evasão e abandono escolar", uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanecentes, dos desistentes e egressos desse público. As próprias indefinições do Inep (1998) e do Ideb (2012) trazem à tona a falta de conceito claro para evasão e abandono escolar. (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017).

Outros autores trazem outros conceitos sobre evasão levando em consideração os fatores internos e externos.

> Já Steinbach (2012) e Pelissari (2012) adotam o termo "abandono escolar", pois consideram "evasão" um "ato solitário". Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017, p. 36).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE, 2019, p.72) identificou um fator associado a maiores índices de conclusão e menores de evasão: a participação política. Ainda coloca que o movimento estudantil agrega a maioria simples dos engajamentos.

Diante da necessidade de maiores informações para fechamento da pesquisa em foco, foi aplicado um novo "Questionário de Pesquisa complementar" ao total de 85% que responderam que tiveram acesso ao PAE, no primeiro questionário aplicado.

O questionário complementar foi composto por duas perguntas com respostas "Sim ou Não", com justificativa. Foi enviado por "Google Forms" a 33 estudantes (correspondentes aos 85%). Desses, 8 não responderam, obtendo um percentual de 75,76% de respondentes.

A primeira pergunta foi: "Durante o Curso Técnico Integrado em Agropecuária o Programa de Assistência Estudantil (PAE) CONTRIBUIU para sua permanência?". Dos respondentes, 96,3% disseram que o benefício contribuiu para permanência deles no *campus* e as justificativas foram categorizadas no Quadro 6.

Quadro 4: Categorização das justificativas em relação à pergunta n. 1 do questionário complementar aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 2014

Categoria	Justificativa
Moradia	Vale transporte facilita morar junto aos familiares nas cidades vizinhas, arcar com aluguel e outras despesas, alojamento e alimentação, pensou em desistir, mas com os auxílios voltou atrás.
Financeiro	Permanência no curso se deu por ter alojamento, recurso destinado às despesas com moradia e alimentação, incentivo à inovação e pesquisa, na época, a renda dos pais sozinha era insuficiente para manter no *campus*, não teria condições de se manter no campus sem o PAE, melhor qualidade de vida durante o curso.
Outros fatores	O PAE foi fator determinante para permanência.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

A respeito das outra pergunta aplicada no questionário complementar: "O PAE CONTRIBUIU para conclusão do o Curso Técnico Integrado em Agropecuária?", os respondentes disseram que sim, e as justificativas apresentadas foram:

Quadro 5: Categorização das justificativas em relação à pergunta n. 2 do questionário complementar, aplicado a 33 estudantes que ingressaram por AA nas turmas de 2013 e 2014

Categoria	Justificativas
Financeiro	A contribuição financeira foi a que mais apareceu nas justificativas sobre a contribuição do PAE em relação a conclusão do curso: pagamento do transporte, o acesso a bolsa de moradia e alimentação que foram de suma importância, falta de condições financeiras dos pais de arcar com as despesas provenientes do curso, situação financeira da família era difícil na época e os benefícios do PAE contribuíram, pagamento de contas e alimentação.
Benefícios	Moradia e alimentação, bem como bolsa de atividades nos setores que além de proporcionar a permanência no Campus até a conclusão ainda aproximou mais do curso por meio das atividades nos setores.
Contribuição	Forma significante para permanência e conclusão do curso forneceu recursos para conclusão do curso, ajuda na manutenção do curso, sem auxílios a conclusão seria mais difícil, um dos fatores que contribuíram para maior foco nos estudos e posterior conclusão, evitou maiores problemas financeiros.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Detectamos, portanto, que a maior incidência de desistentes do grupo de cotistas foi da cidade de São João Evangelista, do total de 31 alunos evadidos (44,27%) do número de ingressantes nos anos 2013 e 2014. Ou seja, quase a metade dos alunos evadidos, 14 discentes, é do município de São João Evangelista (45,16 %). Os demais evadidos, 54,84%, são originários dos demais municípios, 17 alunos.

Vale destacar que, a respeito dos 70 alunos ingressantes PAA, 27 são do município com maior evasão, 38,57% do total ingressantes e 61,43%% são dos demais municípios. Mesmo com um percentual maior de alunos ingressantes em comparação a qualquer outro município da região, o número de estudantes evadidos de São João Evangelista supera a proporção de entrada/evadidos.

Não foi possível identificar, neste trabalho, os motivos de o município onde a instituição está inserida ter alunos com maior incidência de evasão. No caso, inferindo-se que, para os discentes que residem perto do local de estudo, os problemas são amenizados por não apresentarem dificuldades que os demais apresentam no item 4 desse trabalho, podendo ser citados, entre eles, moradia, deslocamento e distância da família, como exemplo.

Conforme o primeiro questionário aplicado, os egressos das turmas de 2013 e 2014 do Curso Técnico Integrado em Agropecuária continuaram em cursos superiores: Administração, Agronegócio, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Biológicas, Direito, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Minas, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Fisioterapia, Medicina Veterinária e 02 em cursos técnicos.

Conforme Figura 15, em relação aos entrevistados que optaram por fazer um curso de nível superior, 40% procuraram a área de Ciências Agrárias, 33% área de Ciências Humanas e 27% área das Ciências Exatas.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (FONAPRACE, 2019, p.72) destaca que a maioria absoluta dos (as) estudantes que chegam à universidade tem origem em famílias em que nem o pai, nem a mãe, ou quem os (as) criou como tal, tiveram acesso à universidade. Isso confirma o perfil dos egressos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014.

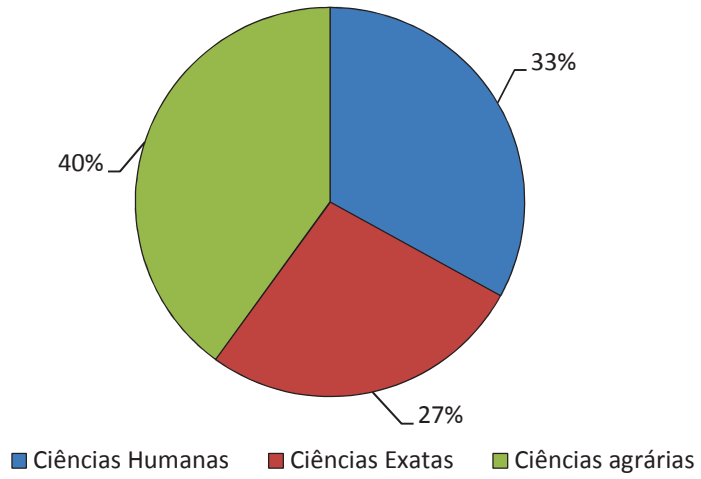

Figura 15: Áreas dos cursos escolhidos pelos egressos do curso Técnico integrado em Agropecuária das turmas de 2013 e 2014 do Instituto Federal de Minas Gerais, *campus* São João Evangelista para formação acadêmica em nível de graduação.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, como visto, se desenvolveu em torno dos objetivos construídos, determinando e comparando o índice de permanência dos ingressantes por Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014 (com ou sem apoio do PAE) e identificando as contribuições de PAE na taxa de sucesso dos egressos do curso. Esses índices foram verificados por meio de informações internas e externas e aplicação de questionário para esse público.

Analisando as respostas do questionário aplicado aos 39 concluintes das turmas ingressantes em 2013 e 2014, confirma-se a hipótese de que o programa contribuiu para a permanência dos estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE e demonstrou-se que ele pode ser considerado, sim, uma ferramenta importante para manutenção dos estudantes até o final do curso. Isso ficou evidenciado pelo alto número de evadidos no período estudado, As análises socioeconômicas indicam que a demanda por PAE é maior que a disponibilizada, o que revela, também, a necessidade dos estudantes. Assim, por inferência, permite concluir que, caso os recursos do programa fossem disponibilizados a um maior número de alunos, isso poderia diminuir a evasão.

Os discentes participantes do estudo sobre a contribuição do PAE para estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas para o curso de nível Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE afirmaram que, apesar da grande importância do PAE durante os anos em que estiveram no *campus*, além do valor financeiro do recurso que os mantiveram, sentiram muita falta de outros suportes, dentre eles, pedagógicos e afetivos.

Quanto à aprovação dos estudantes, não foi possível a comprovação de contribuição direta do PAE, mas, como exigência para bolsa, a frequência de no mínimo 75% durante todo o curso, estimulava o maior compromisso e, por conseguinte, a melhora no desempenho acadêmico do aluno.

Contrariando os pressupostos anteriores de grande parcela da comunidade acadêmica sobre piora na qualidade do ensino após a entrada de cotistas no *campus*, pode-se verificar, de acordo com o Coeficiente de Rendimentos dos formandos das turmas ingressantes, que os alunos ingressantes por PAA tiveram escore maior em notas do que os da AA, considerando os dois anos de ingresso, 2013 (AA=79,29 e AC=75,00) e em 2014 (AA=72,40 e AC=71,56).

Os dados acima indicam a importância do PAE para alunos que, a partir do ingresso, consolidaram-se, ou seja, saíram de um nível de conhecimento precário para um nível de sucesso, como o descrito no item 4.5, isso se considerarmos as notas de ingresso comparando-as com as médias finais. Um exemplo clássico que ilustra a afirmação acima é de uma aluna ingressa por PAA com a pior nota dentre todos os aprovados, ingressante em última chamada do processo seletivo. Essa estudante, ao final do terceiro ano, foi premiada como melhor aluna e com maior Coeficiente de Rendimentos dentre todos os estudantes cotistas e AC e, durante os três anos de curso, foi assistida pelo programa.

Ao analisar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, demonstrou-se um número expressivo de evasão diante do total de ingressantes daqueles anos. Trinta e nove estudantes concluíram o curso, um percentual de 55,63 %, equivalendo a 28 concluintes no tempo regular e 11 terminaram o curso depois de três anos.

Ao analisar o índice de permanência desses estudantes por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do Programa de Assistência Estudantil, percebeu-se que os recursos para PAE variam de acordo com a disponibilidade do governo federal para o programa nos Institutos Federais. Esses valores variam a cada ano. Além disso, também variam de acordo com a organização interna de cada Instituto na distribuição dos valores para cada *campus*. O perfil dos alunos do *campus* São João Evangelista é na quase totalidade, de classes mais baixas, conforme perfil descrito no decorrer da pesquisa.

Considerando-se as contribuições do PAE na taxa de sucesso dos egressos provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram o curso em 2015 e 2016, esses benefícios foram extremamente importantes na vida acadêmica dos estudantes pesquisados.

Conclui-se que o Programa de Assistência Estudantil e o Programa de Ação Afirmativa colaboraram para inclusão de estudantes das classes menos favorecidas. Diante do cenário político atual, as previsões para continuação e/ou melhorias nesses programas ainda são incertas, mas não podemos perder a esperança de que trabalhos dessa natureza possam gerar resultados positivos.

Esse estudo pode, ainda, além de comprovar que o programa é imprescindível para mudar o acesso e a permanência da classe menos favorecida em instituições de ensino, que ingressam por processos seletivos, segregados ao longo da história antiga e recente do Brasil, pode fornecer dados e mesmo incentivos para novos trabalhos que busquem o direito que não pode ser menosprezado ou violado.

A assistência estudantil é um direito e contribui para responder à questão social no ambiente escolar. Mas, com a pesquisa realizada, percebe-se que somente a concessão do auxílio do Programa de Assistência Estudantil não é o que leva o estudante a permanecer na instituição. Percebem-se outras variáveis, como as condições psicológicas, físicas, questões pessoais, interpessoais e institucionais que aparecem associadas às dificuldades dos estudantes na sua adaptação e rendimento acadêmico.

Em relação aos estudantes desistentes, alguns tinham algum tipo de auxílio, mas por motivos desconhecidos, decidiram abandonar o curso. Tal percepção indica a necessidade de que o IFMG busque estudos aprofundados de acompanhamento de egressos e evadidos para auxiliar na tomada de decisões sobre organização pedagógica.

A formulação e execução de políticas educacionais que considerem o PAA e o PAE são emergenciais, não cabendo a esse estudo esgotar o assunto em si, nem fechar as conclusões a partir dos dados apresentados, mas contribuir para uma análise qualitativa do PAA no *campus* IFMG-SJE.

Diante de toda a análise realizada, em diálogo com o referencial teórico utilizado, reafirmamos o nosso entendimento de que a assistência estudantil é um direito e um recurso fundamental para o resgate das questões sociais no ambiente escolar, na perspectiva de uma educação inclusiva e emancipadora.

Nesse sentido, cabe continuar a luta pela garantia e aumento dos recursos públicos destinados a tal finalidade, bem como envidar esforços para a melhoria dos processos internos de acompanhamento e avaliação de seus resultados. Esperamos que os dados apresentados nesta dissertação contribuam para esse processo de aprimoramento das ações e suscitem novas pesquisas que apontem novas questões que mereçam ser aprofundadas.

6 REFERÊNCIAS

AMARO, S. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho profissional. Editora UFSC, 2012, 182 p.

APPLE, M. W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 310 p.

ARANTES, A.K. **Educação e Construção da Cidadania:** Estudo da Formação Cidadã de Alunos Bolsistas no IFMG – Campus Bambuí. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) - Instituto de Ensino Superior e Pesquisa – INESP, Divinópolis, 2015.

BERALDO, A. F.; MAGRONE, E. **Cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora:** o começo (2004-2006). In: SANTOS, J. T. Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. p.99-134. Salvador: CEAO, 2012, 288 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção nesse dispositivo de inciso VI. Brasília, 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 23 de ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 29 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n° 10.172 , de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 20 jun. 2007

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS/ 2004) Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, Novembro de 2005.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 01, 25 de março de 2013.** Normatiza, para o ano de 2013, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Brasília, 2013.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007.

BRASIL. **Portaria Normativa no. 389, 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência. Brasília, 2013

CONAE - **Conferência Nacional de Educação**. Documentos. Volume I Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/2010/pdf/documentos/mec_doc_base_vol_1_email_sl.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução:** a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

EURÍSTENES, Poema; MACHADO, Marcell; FERES JÚNIOR, João. **Representação de gênero e raça em videogames.** Textos para discussão GEMAA, n. 17, 2018, p. 1-23.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES 2019**. Disponível em: http://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/relatorio_executivo_v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos.pdf. Uberlândia, mai/2019. Acesso em 05 set. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GEMAA. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. **Ações Afirmativas.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama dos municípios de Minas Gerais**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-evangelista/panorama>. Acesso em: 15 mai. 2018.

IFMG, Instituto Federal de Minas Gerais. **Resolução nº 46 de 17 de dezembro de 2018.** Publicada pelo SEI cod. Verificador 0217870 – código CRC E43FBD3B. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <file:///C:/Users/andre.resende/Downloads/Resolucao_do_Conselho_Superior_0217870.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

IFMG, Instituto Federal de Minas Gerais. **Resolução Nº 3 de 23 de março de 2019.** Dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. Publicada pelo SEI Código verificador 0277677 e o código CRC A86216B7. Belo Horizonte, MG. Disponível em: https://sei.ifmg.edu.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=procedimento_controlar&acao_retorno=procedimento_controlar&id_procedimento=329365&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001890&infra_hash=23fc6855f6f6e638984576e3a483f61f016846bf21872e0a21224d29c99c3afc. Acesso em: 10 de ago. 2019.

IFMG, Instituto Federal de Minas Gerais. **Instrução Normativa nº. 01/2017**. Normatiza, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de minas Gerais, 20 de março de 2017. (Documento interno do IFMG).

IFMG/SJE. **Projeto pedagógico do curso Técnico Integrado em Agropecuária**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. São João Evangelista, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/images/artigos/cursos/tecnico-em-agropecuaria/PPC-curso-tecnico-em-agrocupecuaria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MAGALHÃES, R. P.; MENEZES, S. C. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. **O Social em Questão**. Ano XVII. nº 32, p. 59-74, 2014.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MIOTO, R. C. T. **Estudos socioeconômicos.** In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NUNES, G. H. L. **Autodeclarações e comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas.** In: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.) Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. p.11-30. Canoas: IFRS *campus* Canoas, 2018. 267 p.

PASTORE, J. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: T.A Queiróz Editor, 1979.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev**. **Estud. Fem.** [online]. 2008, v.16, n.3, pp.887-896. ISSN 0104-026X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Ano 1, n.1, Julho de 2009.

SILVA FILHO, P. **Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira:** Estudo de Caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia. 1. ed. (*e-Book*). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

SILVA FILHO, R.B.; LIMA ARAÚJO, R.M.L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017.

SILVA, M.N. **Cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina e a proporcionalidade:** o impacto de uma particularidade. In: SANTOS, J. T. Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. p.78-97. Salvador: CEAO, 2012, 288 p.

SILVA, N.V. **Análise dos Processos de Mobilidade Social no Brasil no Último Século.** In: *XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2001, Caxambu, MG. São Paulo: USP . Disponível em:* https://www.josepastore.com.br/artigos/td/td_011.htm. Acesso em 16 set. 2019.

SOUZA, J. D. A. **Na Travessia:** Assistência Estudantil da Educação Profissional. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TOREZANI, S. R. **A Percepção de discentes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do espírito santo –**campus **Santa Teresa sobre a assistência estudantil**. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

VASCONCELOS, N.B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VAZ, L. M. S. S. **As Comissões de Verificação e o Direito à (Dever de) Proteção Contra a Falsidade de Autodeclarações Raciais**. In: DIAS, G. R. M.; TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Orgs.). Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos. p.32-78. Canoas: IFRS *campus* Canoas, 2018. 267p

VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: Rendimentos de Alunos da Universidade de Brasília. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.

7 APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: Contribuição do Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Ingressantes por Meio de Ações Afirmativas Para o Curso de Nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais – *campus* São João Evangelista.

O recorte temporal será a partir 2013 a 2014, o ano em que se iniciou o ingresso de estudantes por meio de cotas no IFMG-SJE. O período escolhido busca identificar o número de estudantes que concluíram o Curso Técnico Integrado em Agropecuária em tempo regular e/ou com retenções, além dos estudantes que evadiram. A presente pesquisa parte da hipótese de que o PAE coopera com a permanência dos estudantes que ingressaram por Ação Afirmativa do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE. Mas, mesmo com algum tipo de auxílio do PAE, ainda há queixas, por parte dos professores, sobre o número significativo de evasão dos estudantes que ingressam nos cursos por meio de políticas de Ações Afirmativas. Alguns professores também salientam que, parte desse grupo de estudantes, não tem um bom rendimento e acabam desistindo do curso. Percebe-se, nesse cenário, que é preciso conhecer as causas desta evasão e identificar como as políticas de assistência estudantil podem auxiliar na permanência e sucesso escolar desses estudantes. Considera-se de grande relevância a análise desse programa a fim de identificar possíveis pontos frágeis dos estudantes que interferem na conclusão do curso em estudo dentro do tempo mínimo previsto. O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes ingressantes nos anos de 2013 e 2014, por Ação Afirmativa no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE. Como objetivos específicos: determinar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE; comparar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do

Programa de Assistência Estudantil; identificar as contribuições de PAE na taxa de sucesso dos egressos do curso, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente. Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo para contemplar a análise e identificação das contribuições do Programa de Assistência Estudantil – PAE para permanência dos estudantes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, durante o período de 2013 e 2014 nos 3 anos regulares do curso. Será uma pesquisa exploratória e descritiva. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. Os resultados serão tratados de forma qualitativa. A coleta de dados será feita a partir de informações registradas em documentos internos do *campus*, buscando informações, principalmente, nos dados existentes no Setor de Serviço Social do campus São João Evangelista, onde são feitas todas as análises socioeconômicas dos que tem interesse em pleitear auxílios divulgados em editais do *campus* e/ou da reitoria do IFMG. Em seguida, serão pesquisados dados da Comissão Interna de Seleção (antiga Comissão Permanente de Vestibular – COPEVES) – e da Secretaria Escolar. Os dados coletados serão registrados em tabelas do Programa no Excel/2010, sendo apresentados no trabalho por meio de tabelas, quadros ou figuras. Caso haja algum desconforto em responder as questões, poderá parar de responder a qualquer momento. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Contatos para maiores informações sobre a pesquisa:

Pesquisador/a responsável: Kely Meiry Damasceno, (33) 988452180, Kely.damasceno@ifmg.edu.br

Orientadora: Dra. Ana Maria Dantas Soares, anamdsrural@gmail.com, (21) 3787-3741

Coorientadora: Dra. Juliana Arruda, japarana@hotmail.com, 21 99798-0061

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220

Apêndice B – Questionário aplicado

Endereço de *e-mail*: _____

( ) Estou ciente e aceito continuar

QUESTIONÁRIO

1. Você teve acesso ao Programa de Assistência Estudantil (ex.: auxílio alimentação, moradia/alojamento, transporte, creche)
   ( ) Sim
   ( ) Não
2. Gênero
   ( ) Feminino
   ( ) Masculino
   ( ) Outro: _____
3. Idade
   _____
4. Você conhecia do Programa de assistência estudantil?
   ( ) Sim
   ( ) Não
5. O processo de seleção de bolsistas foi eficaz?
   ( ) Sim
   ( ) Não
   ( ) Às vezes
6. Você teve alguma dificuldade ao solicitar auxílios do Programa de Assistência Estudantil disponível no *campus*?
   ( ) Sim
   ( ) Não
   ( ) Às vezes
7. Os editais publicados referentes aos auxílios foram de fácil interpretação?
   ( ) Sim
   ( ) Não
   ( ) Não sei
8. Como você avalia o trabalho de divulgação do Programa de Assistência Estudantil?
   ( ) Excelente
   ( ) Muito bom
   ( ) Bom
   ( ) Regular
   ( ) Ruim

( ) Péssimo

9. Quais os auxílios oferecidos pela categoria socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil que você considera que foi essencial para a sua permanência na instituição?
   ( ) Alimentação
   ( ) Transporte
   ( ) Creche
   ( ) Atividade
   ( ) Moradia

10. De que forma você utilizou o recurso financeiro recebido?
   ( ) Pagamento de aluguel
   ( ) Alimentação
   ( ) Pagamento de internet
   ( ) Material escolar
   ( ) Reprografia
   ( ) Roupas
   ( ) Despesas de casa (água, luz etc.)
   ( ) Remédios
   ( ) Recarga telefone
   ( ) Outros: _____

11. Para se manter estudando no *campus* São João Evangelista, além dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil, quais outras estratégias você utilizou?
   ( ) Aula particular
   ( ) Venda de algum produto
   ( ) Auxílio dos pais

12. Atualmente, você
   ( ) Não trabalha
   ( ) Trabalha na área
   ( ) Trabalha em outras atividades, fora da área de formação
   ( ) Estuda

13. Se você trabalha, em qual tipo de empresa?
   ( ) Pública
   ( ) Privada
   ( ) Nenhuma

14. Se estuda, qual curso faz?
   _____

Apêndice C - Parecer do Comitê de Ética

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo N° 1.248/18

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "Contribuição do Programa de Assistência Estudantil para estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas para o curso de nível técnico integrado em agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista" sob a coordenação da Professora Drª. Ana Maria Dantas Soares, do Instituto de Agronomia/Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, processo 23083.031272/2018-11, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 03/06/19.

Prof.ª Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação

Apêndice D – Termo de Assentimento e Anuência

TERMO DE ASSENTIMENTO E TERMO DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para desenvolver a pesquisa intitulada **Contribuição do Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Ingressantes por Meio de Ações Afirmativas Para o Curso de Nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista** a ser realizada no Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, campus São João Evangelista, pela estudante de pós-graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia Kely Meiry Damasceno, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Dantas Soares com os seguintes objetivos:

O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes ingressantes nos anos de 2013 e 2014, por ação afirmativa no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

Como objetivos específicos: determinar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE; comparar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG/SJE por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do Programa de Assistência Estudantil; identificar as contribuições de AA e AA mais PAE na taxa de sucesso dos egressos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente.

Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo para contemplar a análise e identificação das contribuições do Programa de Assistência Estudantil – PAE para permanência dos estudantes do curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, durante o período de 2013 e 2014 nos 3 anos regulares do curso. Será uma pesquisa exploratória e descritiva. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. Os resultados serão tratados de forma qualitativa.

Informamos que haverá necessidade de ter acesso aos dados a serem colhidos no setor de Serviço Social e em arquivos da instituição. Solicitamos também, autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico. Salientamos que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo. A pesquisa não acarretará despesas para esta Instituição, sendo esta, por sua vez, voluntária.

TERMO DE ASSENTIMENTO E TERMO DE ANUÊNCIA

Solicitamos autorização institucional para desenvolver a pesquisa intitulada **Contribuição do Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Ingressantes por Meio de Ações Afirmativas Para o Curso de Nível Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista** a ser realizada no Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, campus São João Evangelista, pela estudante de pós-graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia Kely Meiry Damasceno, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Dantas Soares com os seguintes objetivos:

O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições do Programa de Assistência Estudantil (PAE) para permanência dos estudantes ingressantes nos anos de 2013 e 2014, por ação afirmativa no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE.

Como objetivos específicos: determinar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes ingressantes por meio do Programa de Ação Afirmativa, nos anos de 2013 e 2014, respectivamente no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE; comparar o índice de permanência no período regular (3 anos) dos estudantes que ingressaram nos anos de 2013 e 2014, respectivamente, no curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG/SJE por meio do Programa de Ação Afirmativa com e sem apoio do Programa de Assistência Estudantil; identificar as contribuições de AA e AA mais PAE na taxa de sucesso dos egressos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, provenientes das turmas dos anos de 2013 e 2014 que concluíram em 2015 e 2016, respectivamente.

Será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo para contemplar a análise e identificação das contribuições do Programa de Assistência Estudantil – PAE para permanência dos estudantes do curso Técnico Integrado em Agropecuária do IFMG-SJE, durante o período de 2013 e 2014 nos 3 anos regulares do curso. Será uma pesquisa exploratória e descritiva. Serão utilizadas fontes primárias e secundárias. Os resultados serão tratados de forma qualitativa.

Informamos que haverá necessidade de ter acesso aos dados a serem colhidos no setor de Serviço Social e em arquivos da instituição. Solicitamos também, autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico. Salientamos que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo. A pesquisa não acarretará despesas para esta Instituição, sendo esta, por sua vez, voluntária.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a colaboração, e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São João Evangelista, 19 de outubro de 2018

José Roberto de Paula
Diretor Geral

José Roberto de Paula
Diretor Geral
Port. IFMG: 1329/2015

E. Descrição em detalhes e com destaque dos métodos que afetam os sujeitos do experimento:

Todos os ingressantes por AA, das turmas de 2013 e 2014, com e sem apoio do PAE, serão convidados a responder um questionário eletrônico enviado por meio de "Google Docs", objetivando avaliar a taxa de sucesso em relação a empregabilidade e continuidade dos estudos. Este instrumento será composto de questões semiestruturadas objetivas, considerando: o Programa de Assistência Estudantil, utilização do recurso financeiro, auxílios recebidos, outras estratégias para se manter no campus, atuação profissional vigente, curso de graduação.

F. Identificação clara das fontes de obtenção do material da pesquisa:

Serão realizadas pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com a utilização de dados estatísticos por meio de consultas a formulários já existentes. Também haverá aplicação de questionários aos estudantes, comparando as informações e discursos em relação ao tema proposto. Quanto a categorização a pesquisa será na linha da pesquisa básica estratégica, esta consiste na "aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos" (GIL, 2010:27).

III. DECLARAÇAO DO PESQUISADOR

Estou familiarizado com os princípios aprovados pela COMEP-UFRRJ em 08/10/2008. Concordo em aceitar essas normas na condução dos estudos descritos anteriormente.

Afirmo que esse estudo não é desnecessariamente duplicativo, tem mérito científico e a equipe que participa desse projeto foi treinada e é competente para executar os procedimentos descritos nesse protocolo.

Nome: Kely Meiry Damasceno

Assinatura Kely Meiry Damasceno Data: 19/10/2018